

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA
SOUZA**

Etec EURO ALBINO DE SOUZA

**Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em
Administração**

Ana Livia de Souza César

Anatrícia da Silva

Eduarda Isabelly Cassiano Benedito

Fernanda Beatriz Soares

Jennifer Cicinato de Carvalho

Maria Eduarda Péccolo Afonso

**MULHERES POLICIAIS, RELAÇÃO DE PODER E DE GÊNERO NA
POLÍCIA MILITAR EM MOGI GUAÇU**

Mogi Guaçu

2025

Ana Livia de Souza César
Anatrícia da Silva
Eduarda Isabelly Cassiano Benedito
Fernanda Beatriz Soares
Jennifer Cicinato de Carvalho
Maria Eduarda Péccolo Afonso

**MULHERES POLICIAIS, RELAÇÃO DE PODER E DE GÊNERO NA
POLÍCIA MILITAR EM MOGI GUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Técnico em Administração Da Etec “Euro Albino De Souza”, Orientado Pela Prof^a. Samira El Khoueiri E Prof^a. Gláucia Pereira da Silva, como requisito parcial para obtenção do título de técnico em Administração.

Mogi Guaçu
2025

C421m

César, Ana Livia de Souza; Silva, Anatrícia da; Benedito, Eduarda Isabelly Cassiano; Soares, Fernanda Beatriz; Carvalho, Jennifer Cicinato de; Afonso, Maria Eduarda Péccolo.

Mulheres Policiais, Relação de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Mogi Guaçu– Mogi Guaçu – SP. 2025.
51 p.

Trabalho de Conclusão do Curso de Ensino Médio com Habilitação Profissional Técnico em Administração da ETEC Euro Albino de Souza de Mogi Guaçu.

Orientadoras: Professora Mestre Samira El Khoueiri e Professora Especialista Gláucia Pereira da Silva

1. Segurança. 2. Hierarquia. 3. Feminino. I. Khoueiri, Samira El e Silva, Gláucia Pereira da. (orientadoras) II. Título.

CDD 303.3

ANA LÍVIA DE SOUZA CÉSAR
ANATRÍCIA DA SILVA
EDUARDA ISABELLY CASSIANO BENEDITO
FERNANDA BEATRIZ SOARES
JENNIFER CICINATO DE CARVALHO
MARIA EDUARDA PÉCCOLO AFONSO

**MULHERES POLICIAIS, RELAÇÃO DE PODER E DE GÊNERO NA POLÍCIA
MILITAR EM MOGI GUAÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Escola Técnica Estadual
(ETEC) “Euro Albino de Souza”, como
requisito para receber o título de Técnico em
Administração.

Aprovado em Mogi Guaçu, 19 de Novembro de 2025

Banca Examinadora

Samira El Khoueiri (Orientadora)

Gláucia Pereira Da Silva (Co-orientadora)

Daniel Tarossi

Guilherme Caruso Rodrigues

Isabela Gimenez Meneguci

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema as mulheres policiais e as relações de poder e de gênero na Polícia Militar do município de Mogi Guaçu. O objetivo central da pesquisa é analisar de que maneira essas relações influenciam a atuação das mulheres na corporação, considerando aspectos históricos, sociais e institucionais que moldam suas experiências profissionais. O estudo busca compreender como os estereótipos de gênero e as estruturas hierárquicas afetam a participação e o reconhecimento das mulheres dentro do ambiente militar, além de discutir as dificuldades e desafios enfrentados por elas no exercício da profissão. O estudo parte da hipótese de que a desigualdade de gênero e a visão tradicional sobre o papel feminino ainda interferem na valorização e no reconhecimento das policiais militares. Dessa forma, pretende-se contribuir para a reflexão acerca da igualdade de gênero nas forças militares, evidenciando a importância da representatividade feminina e da desconstrução de padrões que limitam sua atuação. Em síntese, torna-se claro que as mulheres têm conquistado espaço e respeito, porém ainda enfrentam diversos desafios, o que responde à questão central afirmativamente, reforçando que as dinâmicas de poder e gênero ainda moldam a experiência das policiais militares, apesar de um cenário em evolução.

Palavras-chave: Segurança. Hierarquia. Feminino.

Abstract

This course completion paper focuses on women police officers and the relations of power and gender within the Military Police of the municipality of Mogi Guaçu. The main objective of the research is to analyze how these relations influence the performance of women in the corporation, considering historical, social, and institutional aspects that shape their professional experiences. The study aims to understand how gender stereotypes and hierarchical structures affect the participation and recognition of women within the military environment, as well as to discuss the difficulties and challenges they face in the exercise of their profession. The study is based on the hypothesis that gender inequality and traditional views about the female role still interfere with the appreciation and recognition of women military police officers. Thus, it seeks to contribute to the reflection on gender equality in the military forces, highlighting the importance of female representation and the deconstruction of patterns that limit their performance. In summary, it becomes clear that women have gained space and respect, but still face various challenges, which answers the central question affirmatively, reinforcing that dynamics of power and gender continue to shape the experience of women military police officers, despite an evolving scenario.

Keywords: Security. Hierarchical. Feminine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CONTEXTO HISTÓRICO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	9
1.1. Contexto histórico da mulher no mercado de trabalho nos anos 1970	9
1.1.1. Contexto histórico da mulher no mercado de trabalho nos anos 1980	10
1.1.2. Contexto histórico da mulher no mercado de trabalho nos anos 1990	12
1.1.3. Contexto Histórico das mulheres no mercado de trabalho de 2000 a 2020	14
1.2. Inserção das mulheres na Polícia Militar no estado de São Paulo	15
1.3. Relações de gênero e de poder na sociedade	20
1.3.1. Relações de gênero e de poder no trabalho	21
1.3.1.1. Relações de gênero e de poder na polícia militar	23
1.4. Desafios que as policiais militares enfrentam no trabalho	25
2. PESQUISA DE CAMPO	30
2.1. Cenário	30
2.2. Amostra	30
2.3. Instrumentos de pesquisa	31
2.4. Resultados	33
3. ANÁLISE DE DADOS	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O estudo realizado tem como proposta analisar de que maneira as relações de poder e gênero influenciam a atuação das mulheres na Polícia Militar de Mogi Guaçu.

Para chegar a um objetivo, se formou um questionamento a partir da carência de informações, a fim de saber se há desigualdades nas relações de poder e de gênero dentro da corporação localizada em Mogi Guaçu. A escolha desse importante tema veio por serem composto por autoras mulheres, onde surgiu a vontade de abordar o gênero feminino em algum ramo social, e ao analisar vários ambientes, foi notado que a Polícia Militar seria um tema relevante para a sociedade, pois traz visibilidade para os desafios passados pelas mulheres em um ambiente majoritariamente masculino.

A presente pesquisa tem como base conceitual os estudos sobre o contexto histórico do trabalho feminino, inserção, relações de gênero e poder e os desafios enfrentados pelas mulheres. Para compreender o contexto histórico, parte-se da concepção de Camargo (2010) sobre os desafios enfrentados pelas mulheres para a iniciação do trabalho feminino no mercado de trabalho. Já para compreender a inserção das mulheres na Polícia Militar, utiliza-se a perspectiva de Souza (2014) sobre a demora para a inclusão feminina no trabalho por negação de sua capacidade, mas aderindo-a por pressão social de igualdade de gênero. Por fim, para analisar as relações de gênero e poder além dos desafios enfrentados pelas mulheres militares no mercado de trabalho, toma-se como referência as ideias de Foucault (1999) que demonstra que essa relação é baseada na hierarquia e controle direto, o que normalmente resulta na exclusão das mulheres do poder, pela ideia de incapacidade feminina.

A pesquisa de campo foi realizada no 26º Batalhão de Polícia Militar do Interior, foi escolhido por estar localizado na cidade onde o trabalho está sendo realizado, assim se torna possível conseguir as informações necessárias diretamente com as pessoas ao qual o trabalho está sendo direcionado.

A análise foi feita com base nos estudos dos autores destaques do Trabalho de Conclusão de Curso, comparando os resultados obtidos na pesquisa.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

1.1. Contexto histórico da mulher no mercado de trabalho nos anos 1970

O feminismo brasileiro nos anos 1970 do século passado não foi monolítico, ou seja, foi um movimento composto por diferentes grupos que possuíam entendimentos distintos acerca dos rumos e prioridades dele. Nesse sentido, mesmo estabelecendo um diálogo conflituoso com as ditas minorias sem voz e com queixas urgentes, também foi essencial para o fortalecimento das lutas feministas e consolidação de uma política própria. (PEDRO, 2005)

“O tempo demonstrou que a ideologia feminista, como proposta de construção de uma nova subjetividade feminina e masculina, defrontava-se com conflitos e tensões nas relações que não se resolviam tão facilmente como se desejava” (SARTI, 2004, p. 44).

Como destaca Pedro (2005), o feminismo lutava nesta época não só contra o homem da sociedade patriarcal como também contra uma resistência cultural e ainda precisava se distinguir de várias formas de militância já existentes, como a da política partidária, o autor diz que a construção da memória do feminismo no Brasil ficará em grande parte à própria maneira que os movimentos fizeram sua história, escolhendo alguns episódios como representativos e silenciando ou desmerecendo outros e que as disputas em torno de legitimidade e protagonismo no movimento feminista dos anos 1970 evidenciam a compreensão da complexidade da luta por direitos da mulher, no século passado.

Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social (SARTI, 2004, p. 36).

Segundo Sarti (2004), feminismo brasileiro surgido nos anos 1970 como resposta ao regime militar e que se desenvolveu dentro das possibilidades e limitações do processo de abertura política, as dificuldades enfrentadas pelo feminismo brasileiro não dizem respeito apenas ao contexto político da época, mas também refletem impasses estruturais do próprio movimento uma vez que as mulheres não formam uma categoria universal, mas antes diversa e culturalmente localizada.

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres (SARTI, 2004, p. 37).

Como diz Sarti (2004), analisar as relações de gênero implica em compreender a concepção de pessoa tal como concebida nas culturas específicas de universos simbólicos. Por isso, o contexto é crucial para quem quer interpretar o que o feminismo significa, pois as mulheres são todas diversas. Elas vivem de um lado ou do outro das fronteiras que separam o mundo identificado como feminino.

O feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino. Se não foi possível, na forma como se manifestou o feminismo no Brasil, enfrentar a natureza híbrida de um movimento que, embora fundado em uma identidade, é ao mesmo tempo recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas, isso aconteceu precisamente porque as mulheres não constituem uma categoria universal (SARTI, 2004).

1.1.1. Contexto histórico da mulher no mercado de trabalho nos anos 1980

Como destaca Bruschini (1995) a década de 1980 foi marcada por uma inflação, o que desencadeou o aumento das taxas de desemprego masculino, e houve a necessidade de inserir a mão de obra feminina para complementar a renda familiar.

Nas palavras de Saffioti (1984) , nos anos 1980 muitas mulheres assumiram o papel de provedora da família, lutando pela segurança, sobrevivência e bem-estar dos filhos, diante a um cenário de desemprego crescente.

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho entre 1983 e 1988 pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo a necessidade de muitas mulheres de ingressar no mercado devido a dificuldades financeiras, além do fenômeno de ascensão das mulheres chefes de família (Santos e Sedlacek, 1990, p. 225).

Cardoso (1980) afirma que até mesmo as mulheres de classe média começaram a ingressar no mercado de trabalho na década de 1980, buscando não apenas escapar do desemprego, mas sim, uma melhor posição social.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho na década de 1980 foi um reflexo da necessidade econômica, mas também do surgimento de uma nova visão sobre o papel da mulher. No entanto, essa inserção foi cercada de preconceitos, e muitos homens viam a presença feminina no mercado de trabalho com certa resistência, considerando-a como uma ameaça ao papel tradicional de provedor masculino (Bruschini, 1995, p. 97).

Conforme mencionou Santos e Sedlacek (1990) o mercado de trabalho no Brasil ofereceu às mulheres oportunidades limitadas e mal remuneradas, deixando em evidência a percepção de que elas não seriam dignas de ocupar espaços profissionais, além de serem vistas como figura secundária no local de trabalho, reforçando o preconceito de gênero.

Na década de 80, a estagnação da economia e a alta inflação afetaram as condições de vida da população urbana, atingindo inclusive a classe média brasileira. As mulheres com idades acima de 25 anos, chefes de família ou cônjuges, escolarizadas e pertencentes a famílias com nível de renda não muito baixo, foram as que mais aumentaram de participação no trabalho remunerado e as rendas do seu trabalho foram fundamentais para a sustentação da renda familiar. (LEONE e TEIXEIRA, 2010, p.2)

Segundo Boderías, Carrasco e Alemany (1994) a partir do começo dos anos 1980, começa a se fazer uma crítica sobre trabalho feminino ser considerado uma mão de obra secundária, usando argumentos e evidências empíricas, como sua posição na esfera doméstica, e principalmente sua capacidade ou não de ser chefe da família.

De acordo com Macedo e Santos (2009) na Lituânia, nos anos 1980, somente mulheres solteiras entravam no mercado de trabalho, ficando limitadas a áreas específicas da saúde e educação, normalmente em profissões como enfermeiras ou professoras.

Souza, Rodarte e Filgueiras (2002) disseram que a partir do final dos anos 1980, observou-se uma mudança nas formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, resultando na redução das desigualdades estruturais de gênero. Essa diminuição das diferenças por gênero ocorreu tanto pela precarização das ocupações masculinas quanto por melhorias em certos aspectos da inserção feminina, impulsionadas, entre outros fatores, pelo aumento da escolaridade média das mulheres.

Garcia e Conforto (2005) mostram fatores como os avanços tecnológicos e culturais que deram às mulheres condições de entrarem no mercado de trabalho, e as mudanças econômicas e sociais que atingiram a América Latina, principalmente a partir da década de 1980, que trouxe o empobrecimento dos trabalhadores. Emoldurados nesse quadro hostil, houve o estímulo para a inserção feminina no mercado de trabalho, onde ainda existe uma cultura econômica centrada no poder masculino.

Machado (2019) diz que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado tem alterado as tendências de emprego. Especialmente na década de 1980, houve um aumento da força de trabalho, que foi maior para as mulheres do que para homens em todas as regiões do mundo, exceto na África. A autora diz que no Paquistão, a participação feminina na força de trabalho na década de 1980 estava muito abaixo dos níveis de outros países com rendimentos similares, mesmo entre as mulheres com um alto nível de educação. Uma possível explicação

para a baixa participação das mulheres na força de trabalho no Paquistão é o fato de os empregos disponíveis oferecerem salários baixos, as mulheres ganham menos que os homens, e essa diferença tem sido persistente ao longo dos anos.

1.1.2. Contexto histórico da mulher no mercado de trabalho nos anos 1990

Como dito por Camargo (2010) nos anos 1990, o país viu um mar de gente sem trabalho, e as mulheres foram as principais vítimas, pois faziam serviços mais simples e operacionais. As mulheres que mantiveram seus empregos ganhavam bem menos que os homens. Além de que, o governo não se dispôs a pôr dinheiro no investimento em creches, escolas e postos de saúde. O autor diz que a tendência de evolução das mulheres no mercado de trabalho se manteve em crescimento, pois se compararmos a evolução do uso de mão de obra masculino e o feminino, o crescimento foi maior das mulheres.

Considerando que neste período tinha uma maior dificuldade para se ter o ensino superior e que também se ocupava cargos operacionais e conforme tinha um desempenho considerável conseguiria subir de cargo dentro da empresa, as mulheres se destacavam pela questão de se instruir e concluir seus estudos para poder assim ter um maior desempenho no seu trabalho. (CAMARGO, 2010, p.26)

Segundo Camargo (2010) uma das vantagens de ter uma funcionária mulher em cargos de direção é que ela consegue lidar bem com muitos assuntos e com naturalidade, fazendo processos multifuncionais com qualidade, elas conseguem reconhecer diversas vezes pessoas de culturas e conhecimentos diferentes do dela, formando assim equipes que conseguem abordar áreas diferentes, proporcionando uma melhor execução do trabalho, o que traz resultados mais rápidos e objetivos. Camargo mostra que a terceira onda dos movimentos nos anos 1990 surgiu como uma melhoria a supostas falhas que aconteceram no último movimento das mulheres e continuando as melhorias em iniciativas criadas na onda anterior. Esse movimento tinha como objetivo pôr em questionamento e evitar aquilo que vê como as definições irrealistas da feminilidade feitas pela segunda onda que colocaria ênfase demais nas experiências brancas de classe médio-alta, para o autor o mais significativo desse movimento é que ele ocorreu em uma época de estagnação econômica, de forte elevação do desemprego, de queda nos rendimentos do trabalho, de aumento da proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e da precariedade, em geral, do mercado de trabalho brasileiro. Ele diz que na década de 1990, outro fator que piorou foi o assédio moral e sexual para com as mulheres, pois ao tentarem entrar

em um cargo com grande participação masculina eles viam nela além do intelecto, a beleza física, que era usado como fator de seleção. Por esse motivo, as mulheres acabaram optando por estudar e investir em cursos para assim, ocupar cargos que homens desse tipo não teriam acesso.

Na análise do comportamento da firmeza de trabalho da mulher no Brasil no período de 1985 a 1990, um dos fatos de maior relevância é o alto índice de crescimento. Podemos dizer que as mulheres representaram um papel muito mais expressivo do que os homens no aumento da população economicamente ativa, nos anos examinados. Enquanto as taxas de atividade dos homens se mantiveram, as das mulheres se cresceram consideravelmente. Mas é preciso ter cuidado para analisar o crescimento do trabalho da mulher, uma vez que parte deste aumento foi provocada pela ampliação do conceito de trabalho, que inclui atividades para o próprio consumo, a produção para subsistência familiar e outras atividades não consideradas como trabalho. (QUERINO, DOMINGUES E LUZ, 2013, p.12).

Como Camargo consta (2010) apesar de tantas barreiras e dificuldades, as mulheres conquistaram um lugar de respeito e admiração dentro da sociedade. Porém, a igualdade e harmonia entre os gêneros está longe de ser uma utopia, pois a sociedade masculina ainda atribui à mulher a necessidade de uma jornada dupla, já que foi construída a ideia de que o lar é responsabilidade feminina, mas, os valores sobre as mulheres estão mudando.

Como afirma Souza (2014), ser sérias sem, contudo, ameaçar a ideia de feminilidade; femininas sem colocar em xeque o exercício de uma profissão eminentemente masculina.

Segundo Priore e Bassanezi (2007) lidamos muita mais com a construção masculina em cima da identidade da mulher, do que com suas próprias percepções adquiridas durante sua vida, não é à toa que falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava a opressão e exploração, e que com isso, se tornavam figuras vitimizadas e sem resistência, a operadora foi transformada em uma figura passiva e sem opiniões políticas e pessoais.

Nem as práticas produtivas determinam as trajetórias da força de trabalho masculina, nem as práticas reprodutivas determinam, com exclusividade, as trajetórias da força de trabalho feminina, mas que estas trajetórias são o resultado de múltiplas práticas construídas socialmente e historicamente, através de modos de vida, representações e estratégias de sobrevivência (Satfioti, 1992, p.103)

Segundo Leone e Texeira (2010) na década de 1990, a inserção das mulheres no mercado de trabalho seguiu em crescimento, mesmo diante de um cenário econômico marcado pela diminuição da inflação e pela liberalização da economia, que provocaram mudanças significativas na estrutura produtiva. Embora o Produto Interno Bruto tenha mantido um ritmo de crescimento pouco intenso, houve uma queda nos

empregos formais, especialmente na Indústria de Transformação e no setor financeiro, áreas predominantemente ocupadas por homens. Em contrapartida, cresceram as oportunidades nos setores de educação e saúde, além da expansão do trabalho por conta própria e das ocupações informais em pequenos comércios e serviços, tradicionalmente mais acessíveis às mulheres.

1.1.3. Contexto Histórico das mulheres no mercado de trabalho de 2000 a 2020

Segundo Alves (2008), no início dos anos 2000, houve um aumento significativo das mulheres no mercado de trabalho. Com exceção das jovens, entre 10 e 14 anos e das mais idosas com 70 anos ou mais. Essa restrição é vista como algo positivo, visto que as jovens estão frequentando as escolas, assim deixaram de trabalhar nas indústrias e no campo, ações consideradas normais no século anterior. E as mulheres idosas começaram a ser cobertas pela previdência social, fazendo assim a necessidade de trabalhar tendo uma idade mais avançada ser dispensada. E tal mudança contribuiu para o aumento da expectativa de vida das mulheres no século XX.

De acordo com Camargo (2010), as mulheres vêm conseguindo mais empregos do que os homens, e isso é reflexo da quantidade de mulheres no país. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) a população brasileira é composta por cerca de 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens, o que, respectivamente, corresponde a 51,5% e 48,5% da população residente no Brasil. Como consequência disso as mulheres são as que mais sofrem com estresse no trabalho, sendo que além da pressão que é colocada nas suas carreiras, elas também precisam conciliar o cuidado com as suas casas. E mesmo com os homens nos dias de hoje ajudando nos afazeres domésticos, elas ainda usam, mais que eles, as suas licenças trabalhistas. Já que os serviços de casa acumulam, junto com o trabalho, assim as colocando em situações de alto estresse com uma frequência significativa.

As tensões entre a vida profissional e familiar restringem as opções disponíveis às mulheres, pois as obrigam a optar entre emprego e cuidados com a família, colocando-as na inatividade ou obrigando-as a combiná-las com trabalhos informais ou de tempo parcial, precários e mal remunerados, afetando seriamente a qualidade de seus empregos. (LEITE, 2017, p.54)

1.2. Inserção das mulheres na Polícia Militar no estado de São Paulo

De acordo com Filho e Silveira (2020) a inserção das Mulheres na Polícia militar não foi um processo linear ou evolutivo, se iniciou na década de 1930, e no fim da década de 1940 foi um momento em que ocorreu diversos debates sobre o tema por mulheres paulistas e cariocas, já em 55 formou-se a primeira turma da Polícia Feminina na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), 3 das 13 mulheres que se formaram nessa turma publicaram textos e proferiram conferências em defesa da criação de um novo tipo de policiamento: o feminino.

Como afirma Souza (2014) a incorporação das mulheres nas corporações policiais no Brasil, se deu em 1950, após um período extenso de discussões sobre como isso afetaria a autoridade dos policiais e como a sociedade reagiria. Destacando também a preocupação da população com as mulheres, de como elas seriam vistas e como se comportariam no trabalho.

Tendo sido admitidas visando um policiamento mais “humano”, as policiais femininas foram encarregadas inicialmente do cuidado com mulheres, crianças, idosos, jovens em situação de delito e enfermos, na década de 1950. Seu território primordial de atuação eram as estações de trem e rodoviária, visando um cuidado extra com as migrantes e suas famílias que chegavam à capital do estado todos os dias. Resgatamos que na década de 1950 houve um movimento massivo de migração para a cidade de São Paulo, principalmente de populações vindas do Norte e Nordeste do Brasil, sob a promessa de melhores empregos e oportunidades, com a crescente industrialização na cidade (DENARI, 2017, p.241)

Segundo Del Priore (2001), nos anos 1950, o Brasil viveu um período de ascensão da classe média. Por conta do fim da Segunda Guerra Mundial, o país assistiu otimista e esperançoso ao aumento populacional e à industrialização sem precedentes que levaram ao crescimento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. As condições de vida urbana diminuiram muitas das distâncias entre ambos os gêneros, as distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada continuava forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais corriqueiro, era cercado de preconceitos e visto como inferior ao trabalho do homem, o chefe da casa.

Como disse Denari em seu trabalho (2017) as mulheres foram inseridas dentro do corpo da Guarda Civil, criando o Corpo Feminino de Policiamento, o que reservava a atuação militar para os homens da Força Pública, na década de 1950, a inserção da mulher começou em um papel delicado, inicialmente cuidando de crianças, idosos, jovens em situação de delito e enfermos, algo mais humano, já em 1955 a principal e indispensável função da mulher na PMESP era ter postura

disciplinada, que seguissem os preceitos militares de altivez e seriedade, mas sem serem grosseiras, já que poderia parecer algo violento, e a violência não fazia parte dos atributos femininos da época.

Como principal e indispensável função, deveriam ter uma postura disciplinada, seguindo os preceitos militares de altivez e seriedade, mas sem serem ríspidas, uma vez não ser atributo da representação do feminino valer-se de ações violentas. Sendo as características socialmente atribuídas, femininas e masculinas, tratadas de forma binária, ou seja, em oposição uma à outra, entendemos então que a postura masculina não seguia desta forma. (DENARI, 2017, p.4)

Soares e Musumeci (2005) analisam que a entrada da mulher na instituição policial militarizada era uma tentativa de melhorar a imagem da PMESP para a população, porém, não entendem essa inserção como uma evolução na sociedade, mas uma mudança estética, pois, ao direcionar os policiamentos femininos com maior visibilidade, como estações de trem, rodoviária e o cuidado com o trânsito, davam destaque a uma atuação maternal da polícia para com os mais vulneráveis, ou seja, enfatizavam a atuação feminina recém incorporada e demonstravam como se fosse uma mudança geral da instituição policial, não apenas uma atuação do corpo feminino. Porém, como apontam as autoras, era conveniente aos companheiros de profissão lidar com o policiamento mais violento, sem chamarem tanta atenção para sua atuação, na tentativa em falso de se alto enaltecer, diminuindo as possíveis críticas a um policiamento mais violento.

Como lembra Moreira (2017), a inserção das mulheres nas Polícias Militares Brasileiras é considerável recente, devido a transparência desse tópico remeter ao início do século anterior. Estudos históricos mostram que as primeiras movimentações sobre esse tema foram alavancadas pelas sufragistas, que ressaltavam a importância da incorporação de mulheres na atividade policial.

Segundo Souza (2014), a primeira aparição e atividade das mulheres policiais no estado de São Paulo ocorreu em 24 de dezembro de 1955, quando 13 mulheres perante familiares, autoridades da lei e imprensa fizeram um juramento e assumiam a responsabilidade de atuar na proteção de menores e mulheres no âmbito paulista. Iniciando o processo de atuação das mulheres na Polícia feminina de São Paulo, repleto de expectativas e receios. Esse feito teve repercussão nacional, devido a integração das mulheres em uma profissão majoritariamente masculina. A inserção das mulheres na polícia, em primeira instância decorreu com alguns embates. Como uma série de adaptações necessárias tanto por parte da instituição, que precisou rever

suas estruturas e normas para acolhê-las quanto por parte das próprias mulheres, que tiveram de provar sua capacidade e resiliência em um ambiente predominantemente masculino, desafiando estereótipos e preconceitos enraizados na cultura militar.

De acordo com Souza (2014), a história da presença feminina na Polícia Militar mostra avanços importantes, como o aumento do efetivo, mudanças nas formas de ingresso e a inclusão das mulheres em atividades operacionais, funções que antes estavam restritas aos homens, como também o policiamento ostensivo e controle de trânsito. Contudo, essas conquistas não eliminaram as restrições informais, visto que algumas unidades ainda são contra a participação feminina. Esses espaços funcionam como reservatórios simbólicos que defendem a identidade tradicional da corporação, tratando as mulheres como uma presença ameaçadora, ainda que necessária para projetar uma imagem moderna para a instituição. Assim, a presença da mulher é constantemente regulada por uma lógica militar que tende a limitar transformações em direção a práticas mais democráticas.

Foi possível considerar que as questões ligadas ao reconhecimento do trabalho policial feminino apresentam muitas nuances e encontram-se profundamente engendrados na percepção que a sociedade tem do trabalho executado por mulheres. (OLIVEIRA, COUTINHO E FERREIRA, 2014, p. 85)

Diz Souza (2014) que para se adequarem e serem aceitas na polícia, as mulheres precisavam atender certos tipos de expectativas sociais, já que na época o papel da mulher era limitado a padrões impostos pela sociedade, onde elas deveriam ser puras, submissas e companheiras, isso ajudou a influenciar a forma como as mulheres foram selecionadas para a sua atuação. O autor mostra que durante o processo da jornada de trabalho, as mulheres ainda tiveram que lidar com a necessidade de ganhar o respeito da sociedade, que teve um grande impacto, já que elas conseguiram mudar a perspectiva da população sobre o papel da mulher e a forma como viam a polícia.

A necessidade de incorporar o público feminino nas funções policiais como resultado de um processo mais amplo que levou a mulher brasileira ao trabalho em diferentes áreas da indústria, do comércio e aos setores burocráticos do serviço público. Para isso, ressalta ser inquestionável, uma vez provada a capacidade feminina de desenvolver tarefas em diferentes áreas, o direito de a mulher adentrar, a partir da alteração da legislação que impedia o seu acesso, em espaços até então reservados aos homens (SOUZA, 2014, p. 62)

Conforme disse Sandra Cotta (2021), no século XX as mulheres iniciaram sua participação nas estruturas policiais militares dos estados brasileiros. A primeira experiência nesse sentido ocorreu em 1955, quando foi fundado, no Estado de São Paulo, o primeiro corpo de policiamento especial feminino. Vinte anos mais depois

essa modalidade de trabalho se expandiu para outros estados: Paraná em 1977, Amazonas em 1980 e, em 1981, para Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Essa incorporação se deu a partir da necessidade de criação do que era considerado como uma “nova polícia”, pois idealizava-se a figura de mulheres como mais cuidadosas e delicadas, e não viris, como a imagem que socialmente se tinha de policiais homens. Consequentemente, acreditava-se que isso resultaria em uma polícia mais preventiva e menos repressiva, visando a realização de tarefas específicas dentro da instituição, sendo o policiamento preventivo uma delas. (GRISOSKI, 2022, p.5)

Assim como pontuou Grisoski (2022), ao entrarem na Polícia Militar, as mulheres não só de SP, mas de todo o país, passaram a representar um ideal de uma Polícia mais humanizada e preventiva.

Conforme Denari (2017) nos anos 1960 houve uma notável migração do nordeste para São Paulo, e as policiais femininas que cuidavam dessa movimentação por ser um serviço menor, além desse fato, é descrito que essas mulheres raramente realizavam as patrulhas sem o acompanhamento de um homem, mesmo que seja de longe, isso evitava que elas fizessem um controle combativo, como prisões, e assim, chamavam reforços masculinos quando precisassem.

Segundo Soares e Musumeci (2005) a ideia de humanização atribuída às mulheres pode, muitas vezes, ser interpretada apenas como um enfeite simbólico, marcado por estereótipos ligados ao feminino, como o famoso toque feminino. Dentro dessa perspectiva, há ainda uma camada menos visível e pouco discutida sobre a ideia de que as mulheres carregariam, por natureza, características humanizadoras.

Segundo Musumeci e Soares (2004) as Polícias Militares passaram a incorporar mulheres em suas fileiras durante a década de 1980, um período de redemocratização no país. Contudo, essa iniciativa não foi resultado de pressões ou solicitações de movimentos sociais que buscavam criar serviços especializados ou ampliar as oportunidades de trabalho para as mulheres. Ao invés disso, tudo sugere que o objetivo principal era humanizar a imagem das corporações, que estavam fortemente associadas ao seu papel durante o regime ditatorial anterior.

Graeff (2006) diz que a atuação da Polícia Feminina se limitava a atendimentos sociais, principalmente quando se refere a proteção de menores e mulheres, já que por sua natureza, se enquadram mais ao trabalho feminino, ela diz que o policiamento feminino foi ganhando espaço dentro da corporação, já que aumentou o interesse das mulheres por essa área, mas só ao fim da década de 1990 que as policiais femininas

deixou de participar unicamente de unidades de policiamento feminino e foi distribuído nas diversas áreas operacionais.

Segundo Barreiras (2010), quando as mulheres foram inseridas na polícia militar, especificamente na PM do estado de São Paulo, elas praticavam atividades totalmente distintas das exercidas pelos homens, com o foco nas funções assistenciais. E isso mantinha a hegemonia masculina na corporação. Com o passar do tempo, elas foram incluídas à tropa, e assim, passaram a exercer as mesmas funções que os homens. O autor relata que as mulheres possuem desempenho equivalente ao dos colegas masculinos e que quando estão exercendo as suas atividades causam menos episódios de violência policial comparado aos seus parceiros de trabalho. Além do mais, as características tradicionalmente ligadas ao feminino, como o diálogo e o cuidado com o outro, são destacadas e valorizadas no modelo de policiamento comunitário, adotado oficialmente pela PMESP desde 1997.

Denari (2017) mostrou que a inserção que se deu em 1955 permaneceu até os anos 2000, com homens e mulheres atuando em batalhões separados, além das mulheres não poderem atuar nos mesmos setores nem nos mesmos serviços que os homens. O autor diz que essas distinções e visões entre as formas de trabalho exercidas eram definidas por lei, e isso só mudou de alguns anos para cá, no início dos anos 2000, desde então em São Paulo ficou instituído que as funções não seriam mais divididas, o que possibilitou uma maior abrangência de atuação das mulheres nas funções da Polícia Militar, além disso, o então governador do estado, Geraldo Alckmin, criou o Dia do Policial Militar Feminina, comemorado em 12 de maio.

1.3. Relações de gênero e de poder na sociedade

A desigualdade de gênero, como outras formas de diferenciação social, trata-se de um fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma, que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com isso é disseminada deliberadamente, ou não, por certas instituições sociais como escola, família, sistema de saúde, igreja etc. (CABRAL e DIAZ, 1998)

A instância em que é por meio da qual os seres humanos aprendem a se converter em e a se reconhecerem como homens e mulheres, nos diferentes contextos históricos, culturais e sociais. Porque referida a um corpo físico, portanto natural, a diferença sexual assume um estatuto de fixidez e universalidade, que oculta as clivagens, reagrupamentos e ressignificações produzidas na dinâmica de relações de poder e resistência, específicas e

particulares, que constroem e reconstróem o sujeito sexuado. (MEYER, 1996, p. 48-49)

Bourdieu (1999) argumenta que as relações de gênero são resultado de um processo histórico contínuo de reprodução social, no qual práticas e estratégias culturais moldam os corpos e naturalizam a divisão entre os gêneros. Essa distinção entre sexo e gênero permite compreender que as diferenças atribuídas aos indivíduos vão além do biológico, sendo influenciadas por construções sociais e históricas. Ou seja, muitos fatores formam e constituem a maneira como a sociedade constrói a sua opinião sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. E a maneira como o meio social é organizado influencia significativamente como os corpos masculinos e femininos são vistos e tratados. Por exemplo, esperar que os homens sejam mais fortes e independentes e as mulheres frágeis e delicadas não vêm da biologia, mas da cultura, sociedade e tempo. A organização social faz parecer que a divisão entre o que é “masculino” e o que é “feminino” é natural ou óbvia, quando na verdade ela é construída socialmente, e não biologicamente.

Sexo refere-se às características biológicas de homens e mulheres, ou seja, às características específicas dos aparelhos reprodutores femininos e masculinos, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios. Gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais. (CABRAL e DIAS, 1998, p.01)

Segundo Cabral e Diaz (1998) o desempenho das mulheres e dos homens é formado com base na cultura e muda com a sociedade e o tempo. Esse papel inicia-se quando o bebê está sendo gerado e, desde o instante em que nasce, começa a adquirir mensagens sobre o que é esperado de um homem e de uma mulher. As meninas são ensinadas, desde crianças, a serem sensíveis, frágeis e dependentes, enquanto os meninos são incentivados a serem independentes e a explorarem suas vontades e opiniões. Outra maneira de ressaltar esse embate é através dos brinquedos. Enquanto os brinquedos femininos são bonecas e utensílios para a casa, reforçando o papel de mãe e cuidadora do lar, os brinquedos masculinos são espadas e carros, mostrando como podem ser livres.

Como explica Cabral e Diaz (1998) as relações de gênero e poder são produto de um processo que começa no nascimento e decorre ao longo de toda a vida. Devido ao fato biológico de as mulheres serem quem engravida, é atribuída a elas a totalidade do trabalho reprodutivo, ficando, então, responsáveis pelos cuidados dos filhos e domésticos, deixando-as limitadas ao mundo do lar. A situação vem mudando cada vez mais. Mulheres estão ingressando em trabalhos e focando em suas carreiras.

Porém, a realidade acaba se prejudicando. Além de trabalhar oito horas, ao chegar em casa, precisam fazer afazeres domésticos, enquanto os homens, em sua grande maioria, somente trabalham e não cuidam de outras ocupações. Esses fatores somente evidenciam a dificuldade da vida das mulheres.

De acordo com Cabral e Diaz (1998) apesar de, atualmente, uma grande parte das mulheres trabalharem, e várias delas serem a principal fonte de renda da família, isto não acaba com a desigualdade e não possui um reconhecimento pleno da sociedade. Estudos mostram que, nos países da América Latina, assim como no Brasil, existe uma grande diferença entre homens e mulheres no âmbito do trabalho e como a falta de equidade prejudica as mulheres. Apesar de estarem cada vez mais engajadas em todas as áreas do mercado de trabalho, é extremamente difícil ter mulheres em cargos de alta patente, como a diretoria de empresas, hospitais, reitoras de universidade, coronel da polícia etc. Esses fatores somente reforçam o quanto é incomum ver mulheres em cargos de tomadas de decisões, enquanto os homens assumem esse trabalho na sociedade.

1.3.1. Relações de gênero e de poder no trabalho

A divisão por gênero no trabalho é um fato histórico, já que vai se moldando com base na sociedade a qual faz parte. Nos dias de hoje o trabalho doméstico continua sendo predominantemente efetuado por mulheres, apesar da evolução em relação a remuneração, na qual evoluiu consideravelmente para as mulheres, esse tipo de situação ainda ocorre, ou seja, a organização da família patriarcal continua sendo pouco alterada, o marido é o provedor e a esposa uma provedora complementar, além de dona de casa, o que só confirma a divisão por gênero desigual do trabalho, se mostrando uma hierarquia de gênero, influenciando na desqualificação do trabalho feminino remunerado, que acaba desencadeando uma precarização da mulher no mundo produtivo. (NOGUEIRA, 2010)

O fenômeno de inserção diferencial de homens e mulheres nos mercados de trabalho denomina-se segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero. Assim, a segmentação reporta-se à concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva. (YANNOULAS, 2002, p.15)

Segundo Yannoulas (2002), existe um conceito de pirâmide ocupacional baseada em gênero, onde as mulheres têm menos possibilidades para uma promoção a cargos mais altos em relação aos homens, já que segundo a autora, quando um

candidato e uma candidata ingressar em uma empresa, em condições iguais, a preferência vai ser direcionada ao homem. A autora complementa dizendo que isso pode ser verificado em setores de atividades em que a mão de obra da mulher é maior, mas ainda assim, os cargos hierarquicamente mais altos são ocupados preferencialmente por homens, sendo um exemplo disso a área da saúde e da educação. Deve-se ressaltar que a maneira como os mercados de trabalho recruta homens e mulheres é diferente, existe uma seletividade em relação a mulher, geralmente é dada preferência para as mais jovens, mais escolarizadas e que não possuem um relacionamento, sendo solteiras, divorciadas ou viúvas.

“Quanto mais profunda for a orientação da mulher para o trabalho, mais drásticas serão as consequências da percepção de injustiça e discriminação sobre suas atitudes em relação ao emprego e à organização.” (CAVAZOTTE, OLIVEIRA e MIRANDA, 2010, p.71)

Quando se diz que “lugar de mulher é na cozinha pilotando fogão” ou “mulher no volante é perigo constante” não quer dizer que elas são ruins naquilo que fazem, pelo contrário, às vezes elas realizam tarefas denominadas masculinas melhor do que os homens. Mas eles acreditam que fazendo que elas se sintam mal em realizar determinada tarefa, muitas vezes de forma repressiva, elas se intimidarão e retornarão aos serviços domésticos como na Idade Média onde os homens reinavam absolutos e as mulheres viviam apenas para a família e o lar. Alguns já se modernizaram, mas outros ainda vivem na Idade da Pedra. Os homens precisam conscientizar-se de que as mulheres não representam ameaça à sua masculinidade, mas podem ser profissionais de sucesso sem deixarem se masculinizar por isso. A igualdade entre os sexos no mercado de trabalho deve ser uma realidade e não uma utopia. (MELLO, 2011, P. 93).

A relação entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho ainda é um motivo para conquistar a igualdade profissional, já que ainda enfrentam uma significativa disparidade entre seus cargos e liderança, e principalmente no seu convívio, visto que os homens ainda ocupam grande parte das posições consideradas mais importantes, tendo um destaque maior e conseqüentemente conquistando o respeito por tal responsabilidade, enquanto as mulheres ainda são deliberadas para atuar em funções que não exigem uma maior qualificação, dessa forma seu salário também enfrenta uma desigualdade, justamente pelo seu gênero. Pelo fato da comunicação de ambos os gêneros serem diferentes, pode afetar sim na convivência entre eles, já que os homens apresentam uma postura mais autoritária, e as mulheres tendem a ser mais delicadas e empáticas, podendo resultar em confusão e desconforto, o que leva as mulheres a serem escolhidas para atuarem em serviços de apoio, onde elas são submetidas a obedecerem a esses homens, como autoridades.

Esse tipo de comportamento pode ser visto como medo que os homens têm perante a mulher, o medo de serem substituídos, já que a presença feminina no mercado de trabalho está tendo um aumento significativo (MELLO, 2011)

1.3.1.1. Relações de gênero e de poder na polícia militar

Foucault (1979) busca explicar as relações de poder sem recorrer a decisões pré-estabelecidas e categorias gerais como burguesia, capitalismo, Estado. Para compreender essas relações, buscou apreender essas categorias e uma série de focos locais no nível periférico. É preciso chamar atenção para o fato de que esse nível micro não é uma ramificação do Estado, mas uma abordagem diferente, com história e existência própria.

A partir de Foucault (1968) os efeitos repressivos que a Polícia Militar apresenta, enquanto aparelho do Estado se constitui através de aparelhos disciplinares, isto é, através das relações de poder nas quais a mesma está imersa.

E a disciplina, conceituada por Foucault (1979) se dizer de forma fria, faz a classe dominante se dirigir à classe dominada, aparece enquanto instrumento do poder que dá abertura para novas relações de dominação, e isso remete ao fato de que, para o autor, o aparelho repressivo, tal que usa a polícia como exemplo, não funciona unicamente pela repressão, e que ela nem sempre aparece enquanto forma física e visivelmente bruta, mas também é feita sutilmente, sob a forma de uma violência aparentemente normal.

Foucault (1990) admite que o poder disciplinar é tão forte e eficaz nas instituições totalitárias que chega a promover aos indivíduos que dela fazem parte um espaço útil e, ao mesmo tempo, controlador e absolutamente disciplinador.

Conforme o autor Foucault (1999) se refere a procedimentos resultantes do poder disciplinar como o enclausuramento, onde os indivíduos ficam isolados da vida social mais ampla; o quadriculamento celular e individualizante, que implica na distribuição dos indivíduos no espaço na melhor forma possível, no sentido de que cada indivíduo estaria em seu lugar e em cada lugar um indivíduo, tendo controle e transformando as multidões em grupos organizados, segundo o autor, a primeira das grandes operações da disciplina é exatamente a transformação através da constituição do que foi chamado de quadros vivos.

“O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder, um corpo bem disciplinado é a base do gesto eficiente”. (FOUCAULT, 1999, p.129-130).

Conforme afirma Foucault (1999) o poder disciplinar se deve sem nenhuma dúvida ao uso de gestos simples, como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação no processo que é específico, o exame.

A baixa participação feminina nos espaços de poder está ligada ao limitado acesso das mulheres à esfera pública, à cultura da divisão sexual do trabalho, ao não compartilhamento de tarefas domésticas e familiares e ao preconceito relacionado à gênero, homens versus mulheres. (LARA ET AL., 2017, p.5)

De acordo com Bourdieu (2009), a forma adequada da distribuição de poder e poder e privilégios entre ambos os gêneros, é necessário ter consciência de que, as mulheres estão separadas por um fator simbólico negativo e, somando-se a separação entre umas às outras, pelas diferenças econômicas, culturais e entre outras coisas, sua maneira de sentir e vivenciar a dominação masculina.

No âmbito militar, o respeito vem de acordo com a hierarquia, o local em que as mulheres se encontram nessa hierarquia, ou seja, um cargo de chefia, é o que define a obediência que receberão dos subordinados. (LARA, CAMPOS, STEFANO e ANDRADE, 2017)

Pode-se enxergar a diferença até mesmo nas funções, que segundo Hirata (1999), as funções que exigem maior responsabilidade, na maioria das vezes, não são designadas para mulheres.

Ressaltou Foucault (1995), que muitas mulheres ainda são colocadas em funções mais voltadas à imagem da instituição, como aparecer em reportagens ou representar a corporação em eventos, e não em cargos onde decisões importantes são tomadas. Isso mostra como, muitas vezes, elas são vistas mais como porta-vozes do que como policiais de fato. No dia a dia do trabalho operacional, elas encontram barreiras para acessar certas funções, o que revela uma forma sutil, mas profunda, de desigualdade. Essa divisão não apenas limita suas oportunidades, como também reforça a ideia de que seu papel ali é menor ou menos importante.

Como antes as Polícias Militares eram exclusivamente masculinas, talvez seja difícil para os policiais masculinos incluírem as mulheres como iguais no serviço operacional, e, com o discurso da proteção, eles terminam reservando um lugar muito específico para as suas colegas do sexo feminino. Reproduz-se, desta forma, o padrão de gênero que reserva aos homens o espaço público e às mulheres o ambiente privado. Em razão desse imaginário de que a mulher não pode se expor ao perigo, já que a sua compleição física não suporta atividades distintas dos serviços administrativos: 39% dos(as) entrevistados(as) concordam que, para a mulher ocupar uma posição hierarquicamente superior à do homem, ela deve contar com uma formação

acadêmica mais ampla. Ainda que os requisitos formais sejam os mesmos, na prática policial, as mulheres devem provar as suas capacidades de forma diferenciada em comparação com os homens. (RIBEIRO, 2018, p.8)

1.4. Desafios que as policiais militares enfrentam no trabalho

Como lembra Souza (2014) um dos maiores desafios enfrentados pelas policiais femininas em seu ambiente de trabalho é a maneira pela qual seus colegas de profissão utilizam as características naturais do corpo feminino tais como o ciclo menstrual, a possibilidade de gravidez etc. como empecilho para a ocupação de cargos em unidades operacionais, alegando uma suposta menor aptidão física. Argumentam que as policiais femininas devem permanecer em setores internos, nos quais as necessidades fisiológicas femininas seriam mais bem administradas. Os policiais masculinos afirmam que teriam de se preocupar excessivamente com os cuidados de suas parceiras de farda. Citam também que elas nunca poderiam se dedicar integralmente aos cargos operacionais devido aos compromissos com as funções domésticas.

Segundo Santos (2023) apesar da crescente presença de mulheres nas carreiras policiais, um avanço significativo em direção à igualdade de gênero, elas ainda enfrentam diversos desafios, podendo citar os que envolvem a capacidade feminina de lidar com situações de risco e violência, muitas vezes decorrentes de concepções erradas sobre o papel da mulher na sociedade. A falta de mulheres em postos de alta patente nas corporações policiais somente agrava um sentimento de isolamento e limita o acesso a oportunidades de mentoria e crescimento profissional. Outro dilema enfrentado pelas policiais femininas é como conciliar o trabalho e vida pessoal, especialmente devido às exigências físicas e emocionais da profissão e às responsabilidades domésticas, elas são confrontadas pelos parceiros de trabalho se são capazes de aguentar toda a pressão, outro fator relevante é a discriminação de gênero, que pode se manifestar sob a forma de assédio moral e sexual, isso não acaba apenas prejudica o bem-estar das policiais, mas também compromete o desenvolvimento das instituições.

Segundo Cappelle (2006) especialistas no assunto afirmam que é proibida a voz de polícias femininas nas redes de rádio, pois alegam que a credibilidade das informações passadas se deve ao fato de ser um homem comunicando. As policiais somente podem trabalhar nesse aspecto em determinadas operações ou repassar as informações via rede interna de rádio.

Segundo Oliveira (2012) , situar a mulher policial historicamente é algo bastante difícil, dado que não se conhece o registro local nem temporal oficial do surgimento da primeira polícia feminina. O não conhecimento oficial desses dados leva autores a divergências quanto ao primeiro país e a época em que a mulher adentrou esse espaço considerado, durante muitos anos, exclusivamente masculino.

Territo e Vetter (1981) abordam que o trabalho policial é uma das poucas profissões em que os funcionários enfrentam constantemente, ameaças a sua integridade física, colocando suas próprias vidas em risco sem aviso prévio, embora outras profissões também apresentem riscos, elas são vinculadas a falhas técnicas de equipamentos ou azares ambientais.

No estudo de Basinska e Wiciak (2013) realizado com policiais, os problemas operacionais e organizacionais mais importantes foram a burocracia, a falta de pessoal e o critério de avaliação racional dos oficiais, muitas vezes motivado pelo favoritismo ou ligação sanguínea.

Conforme a pesquisa de Minayo E Adorno (2013) a sociedade vem passando por uma junção de mudanças que indicam as corporações policiais, nas sociedades atuais, estão expostas a novas problemáticas, muito distintas e mais complexas se comparado aos enfrentados no passado. Entre os problemas vivenciados no ramo da segurança, estão, por exemplo, a deterioração da vida em conjunto pelo número de pessoas vulneráveis, o aumento do costume do crime organizado como se fosse algo positivo e lucrativo, o corrompimento de jovens que vivem em locais pobres, o aumento do número de armas sofisticadas na posse de organizações criminosas e a insuficiência de investimentos do Estado em corporações de segurança reais.

McCreary e Thompson (2006) abordaram alguns tópicos sensíveis de estresse que vão ao encontro de problemas, como o risco de ser ferido no trabalho, eventos traumáticos psicologicamente, gerenciamento da vida social fora do trabalho, falta de compreensão da família e dos amigos sobre o trabalho, comentários negativos sociais, entre muitos outros.

Em virtude disso, normalmente, policiais tendem a se relacionar com maior facilidade com outros policiais, como diz Minayo, Souza e Constantino (2008) em razão da falta de confiança em relação às pessoas, que podem se aproximar para ter benefícios, coletar informações ou até mesmo realizar situações em que poderá danificar o bem-estar mental ou social do policial. Mesmo quando um policial possui um círculo de amizade confiável e afetivo, ele encontra dificuldade de ter um

relacionamento social fixo, pois compartilhar histórias relativas ao trabalho, que deveria ser algo comum para qualquer trabalhador, nem sempre é uma tarefa fácil para o policial.

Segundo pesquisas feitas por Cristo, Fernandez, Lopes e Nunes (2021), as policiais militares percebem uma diferença biológica aos homens, especificamente no quesito força física, e isso aliado a padrões patriarcais que ainda inferiorizam as mulheres, acaba gerando dificuldades de aceitação feminina no serviço operacional.

O corpo da mulher inserido em ambiente policial é submetido a uma dupla forma de violência. A primeira se refere ao estereótipo enraizado que associa a legitimidade da função policial ao masculino, o que torna a presença feminina nesse espaço algo socialmente questionado e historicamente negado. A segunda forma de violência ocorre a partir do momento em que as mulheres adentram esse ambiente, sendo constantemente submetida a mecanismos de controle que reforçam normas de gênero e buscam disciplinar seu comportamento e aparência, reafirmando padrões tradicionais que restringem sua autonomia. Essas dinâmicas revelam como o ambiente policial ainda carrega traços de uma estrutura patriarcal que dificulta a inserção da mulher nesse campo profissional.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2004, p. 193).

De acordo com Santos (2023), um dos desafios enfrentados pelas mulheres policiais é a dificuldade em conciliar às exigências do trabalho com a vida pessoal. Já que é uma profissão com demandas físicas e emocionais muito altas. E com as responsabilidades familiares e para muitas mulheres a da maternidade, se torna extremamente desafiador permanecer no cargo. E no meio social a cobrança excessiva com trabalho e vida pessoal é voltada com um foco muito maior apenas para as mulheres, enquanto com os homens exigem apenas da sua profissão. Dessa forma, os problemas de exaustão física e mental da mulher tornam-se muito graves.

Como mencionam Dias e Rosa (2014), no meio de segurança pública e militar, ainda está muito presente a ideia de fragilidade e delicadeza da mulher, fazendo com

que as mulheres sejam inferiorizadas na execução das atividades e enfrentem muitos desafios.

Embora a lei garanta o acesso de algumas mulheres na carreira, ainda reflete de forma sintomática o patriarcado presente na sociedade, na medida que restringe a uma pequena porcentagem a capacidade permitida de mulheres dentro de uma instituição tão volumosa. Para além disso, mais que garantir o acesso, também é preciso discutir sobre condições minimamente razoáveis de permanência. (CRISTO, FERNANDES, LOPES e NUNES, 2023, p.3)

Segundo Andrada e Peres (2008), a experiência das mulheres nas Forças Armadas é marcada por desafios específicos que exigem muita atenção por parte das instituições militares. Entre os principais obstáculos enfrentados estão o assédio sexual e moral, que são frequentemente relatados em ambientes ocupado em sua maioria por homens, onde atitudes discriminatórias e comportamentos inapropriados ainda são comuns. Além disso, a maternidade representa uma camada adicional de complexidade, já que questões como a licença-maternidade, e conciliação entre as exigências da carreira militar e as responsabilidades com a família, frequentemente se tornam fonte significativa de estresse. Infelizmente, há também relatos de estupro dentro das corporações, o que pode gerar sérias consequências para a saúde mental das vítimas. Esses problemas, que muitas vezes são negligenciados, evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas e institucionais voltadas para a equidade de gênero, com o objetivo de promover um ambiente mais seguro, respeitoso e saudável para todas as mulheres militares que exercem suas funções com coragem e comprometimento.

“A rotina cansa e corrói a alma, desalenta e carcome o entusiasmo” (TORRES, 1991, p. 25)

De acordo com as pesquisas da autora Ribeiro (2018), cerca de 60% das policiais femininas consideram piadas sobre seu corpo, orientação afetivo-sexual ou capacidade cognitiva como forma de violência, e apenas 33,2% dos seus colegas de trabalho homens também consideram esse tipo de atitude como violência. Aproximadamente 45% das policiais militares femininas já se sentiram humilhadas, constrangidas ou assediadas por questões de gênero ou orientação sexual, e ainda assim apenas 4,5% dos seus colegas de trabalho homens percebem esse tipo de violência dentro da instituição.

Souza (2014) diz que a mulher representa uma ameaça aos interesses dos homens, tanto pelo fato delas conseguirem cargos de poder, quanto por muitos

considerarem que a entrada das mulheres no ramo pode representar um maior acesso a espaços que deveriam ser acessíveis exclusivamente para homens.

Por sua “natureza”, as mulheres precisariam ser orientadas e protegidas no exercício de atividade policial, associado ao risco iminente de morte a partir da violência das ruas e particularmente do caráter inescrupuloso dos “criminosos”. Para os setores que defendiam a modernização da polícia, as especificidades do sexo feminino poderiam ser aproveitadas para libertar os homens das tarefas burocráticas internas, vistas como expressão menor da polícia. (SOUZA, 2014, p. 101)

Nas Polícias Militares, as mulheres inicialmente acabam aceitando o papel dominador da maioria masculina, já que essa é a única forma para conseguirem espaço nesse ambiente policial marcado pelo preconceito contra as mulheres e homossexuais. (FRANÇA e GOMES, 2015)

O policial, como qualquer outro profissional, necessita de um mecanismo de defesa e quando este não é desenvolvido eficientemente, resulta numa desestruturação do profissional comprometendo o seu rendimento profissional, afetivo, e seu relacionamento com as demais pessoas, seja no âmbito familiar e/ou social. (PEIXOTO, 2008, p.19)

Peixoto (2008) mostra como a depressão pode afetar os profissionais da segurança pública, que a todo momento estão correndo riscos em relação a sua integridade física, por acontecimentos imprevisíveis, que podem ser a causa de uma ansiedade específica, que está inteiramente ligada à profissão policial.

2. PESQUISA DE CAMPO

O presente TCC aborda o tema: “Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar em Mogi Guaçu”. A pesquisa de campo ocorre no 26º Batalhão da Polícia Militar do interior. O questionário foi feito através de perguntas abertas, disponibilizado para início da coleta das amostras no dia 18 de junho de 2025 e está previsto para ser finalizado no dia 03 de setembro de 2025.

2.1. Cenário

O local encontra-se no bairro Jardim Novo II, rua Maria Conceição Chiarelli Silva, 111. A estrutura é um prédio com aproximadamente 2.800m², distribuído em dois pavimentos, contando com uma guarita, um estacionamento na área interna e externa, uma oficina de manutenção de viaturas, setor administrativo, unidade integrada de saúde (UIS), sala de exercícios, refeitório, alojamentos e um gabinete de treinamento.

Suas atividades se iniciaram em 22 de maio de 2025, mas a inauguração ocorreu em 05 de agosto de 2025, com policiais militares — cujo número de atuantes não é possível fornecer por questões de garantia da ordem social — que garantem a segurança pública, é um ambiente de grande porte pois atende diversas cidades, como Mogi Guaçu (sede do batalhão), Mogi Mirim, Itapira, Jaguariúna, Pedreira, Holambra, Santo Antônio da Posse e Estiva Gerbi. O perfil dos funcionários é majoritariamente policiais militares concursados, com formação técnica e treinamento contínuo voltado a segurança pública.

O local foi escolhido por estar localizado na cidade onde o trabalho está sendo realizado, além de ser a sede da Polícia Militar do interior, assim se torna possível conseguir as informações necessárias diretamente com as pessoas ao qual o trabalho está sendo direcionado.

2.2. Amostra

A pesquisa anônima é composta por 16 perguntas com respostas obrigatórias, sendo duas delas uma extensão com resposta opcional, é realizada com 14 mulheres policiais militares, a partir de 18 anos de idade, contando suas experiências no ramo

policial, contanto que estejam ativas em seu desempenho profissional, em variadas funções para uma melhor coleta de dados.

2.3. Instrumentos de pesquisa

1. Qual é sua idade?
2. Há quantos anos atua na Polícia Militar?
3. Qual é seu posto ou graduação atual?
4. Em quais áreas ou funções você já atuou dentro da corporação?
5. Quais foram as suas motivações para ingressar na Polícia Militar?
6. Durante sua formação, você percebeu alguma diferença no tratamento entre homens e mulheres? Se sim, poderia descrever?
7. Você já enfrentou algum obstáculo específico por ser mulher durante sua trajetória na PM? Quais?
8. Você sente que mulheres policiais são tratadas de forma diferente em relação aos colegas homens? Como?
9. Já vivenciou ou presenciou situações de assédio moral ou sexual dentro da corporação?
 - 9.1. Caso a resposta acima tenha sido sim, como reagiu ou como a situação foi conduzida? (Resposta opcional)
10. Na sua opinião, as mulheres policiais têm as mesmas oportunidades de crescimento na carreira que os homens? Por quê?
11. Você sente que tem autonomia e voz ativa nas decisões da equipe ou da corporação?
12. Já teve alguma dificuldade de comando ou de respeito à autoridade por parte de subordinados ou superiores, relacionada ao fato de ser mulher?

13. Como você percebe a distribuição de cargos de chefia e liderança entre homens e mulheres na PM de Mogi Guaçu?

14. O que você considera ser os maiores desafios enfrentados por mulheres na Polícia Militar atualmente?

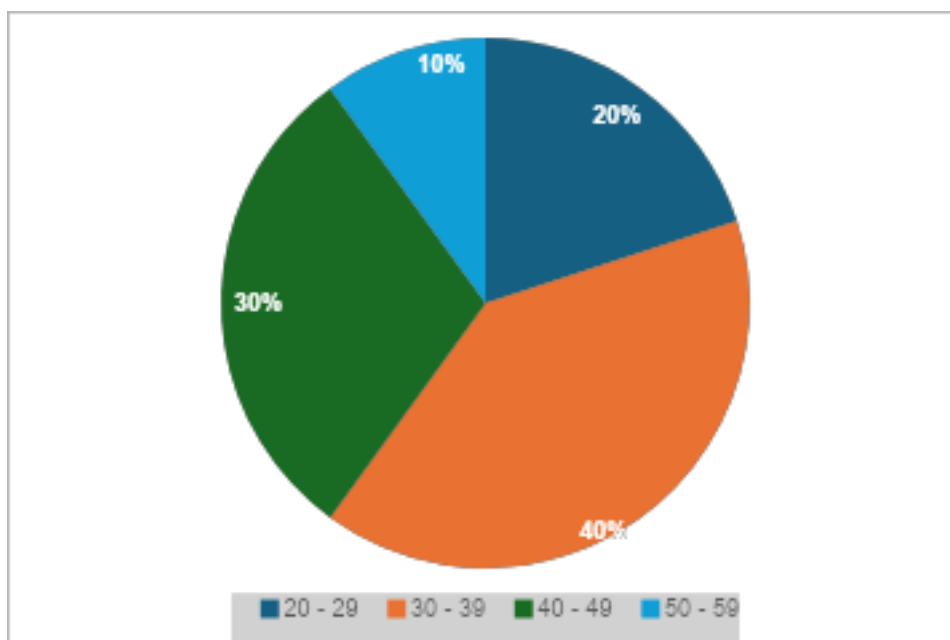
15. O que poderia ser feito pela instituição para promover mais equidade de gênero?

16. De maneira geral, como você avalia sua experiência como mulher dentro da Polícia Militar?

16.1. Caso tenha algo sobre o assunto que não perguntamos, por favor escreva abaixo. (Resposta opcional)

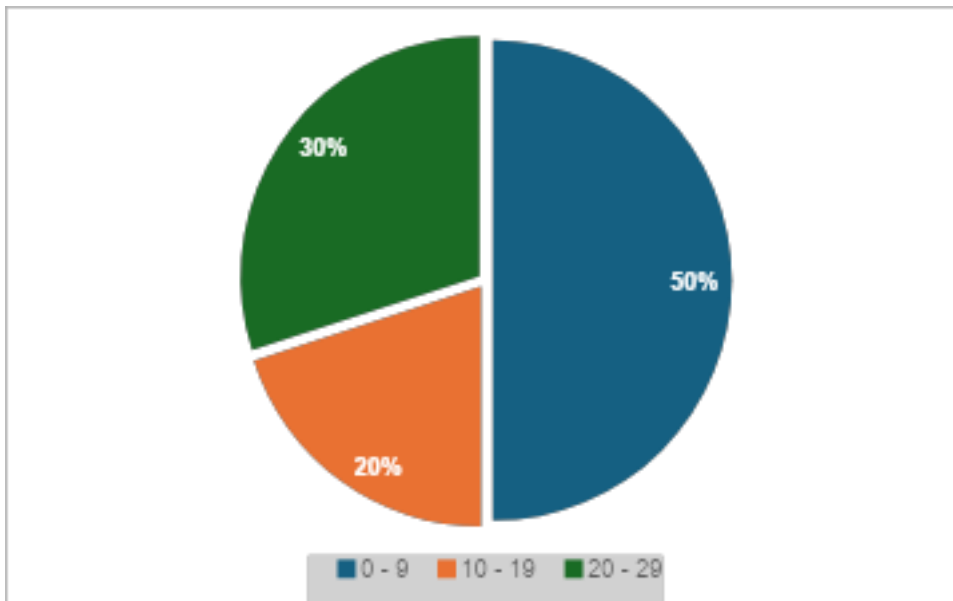
2.4. Resultados

Gráfico 1 - Idade



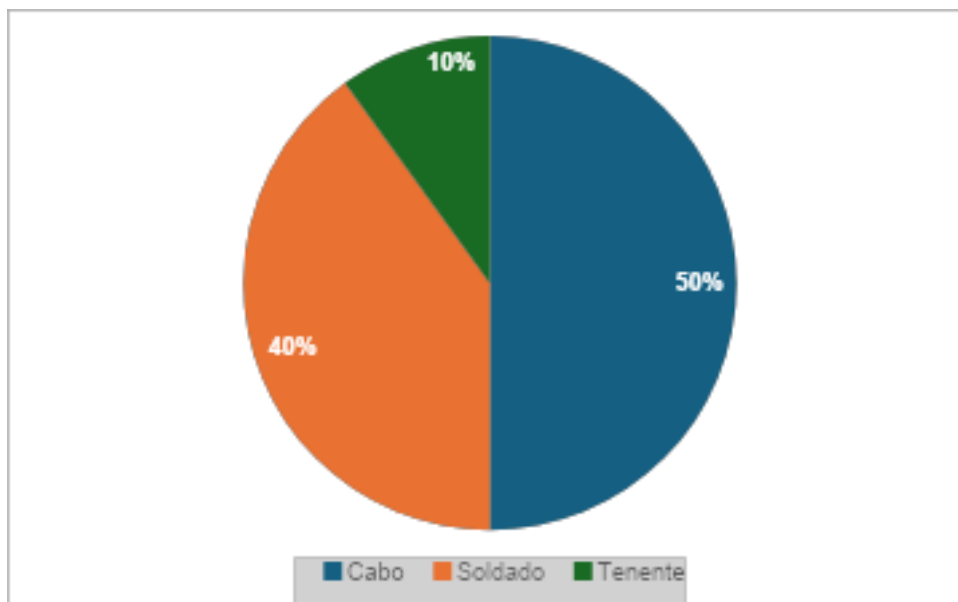
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 2 – Tempo de atuação na Polícia Militar



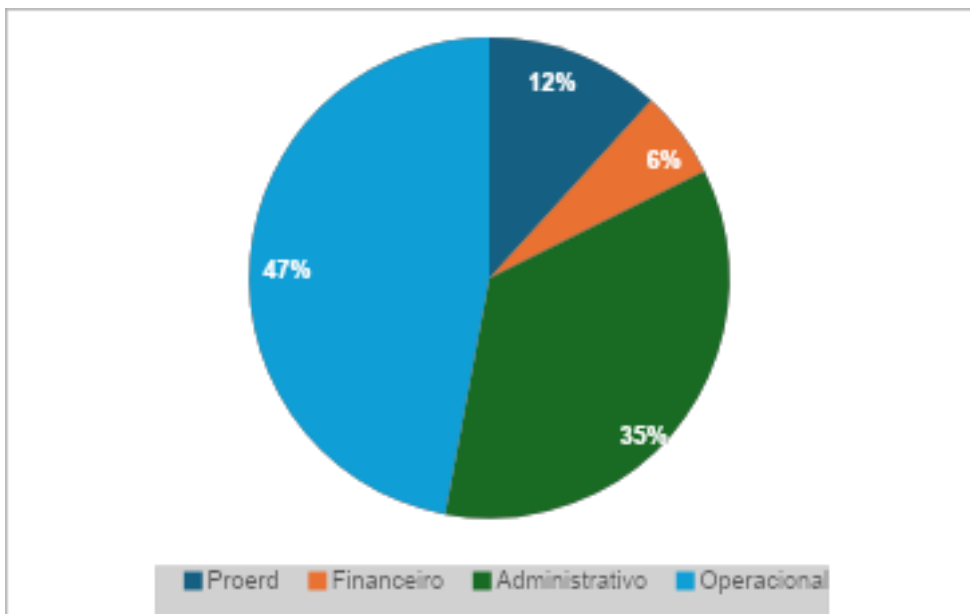
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 3 – Posto ou graduação atual



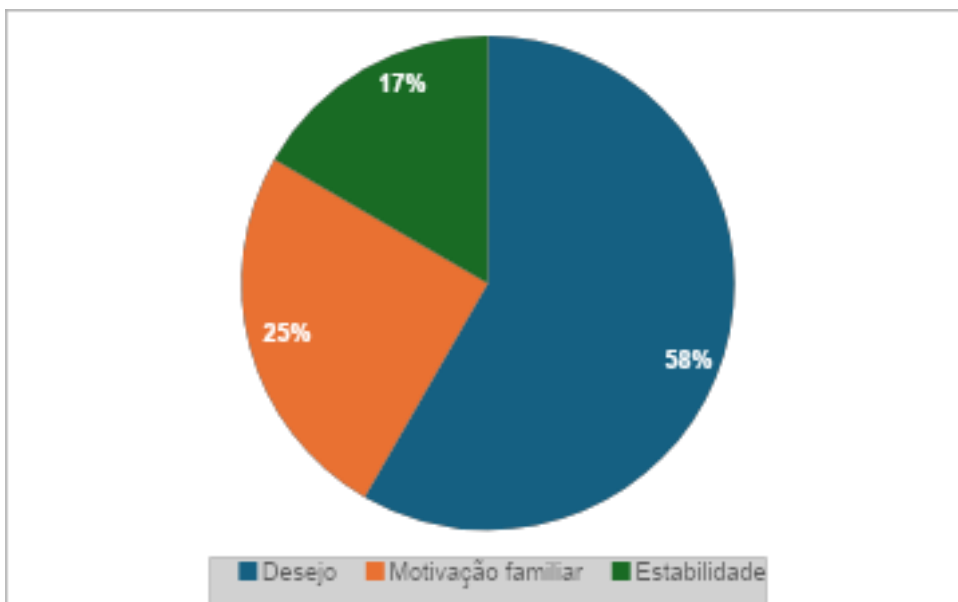
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 4 – Áreas ou funções que atuou dentro da corporação



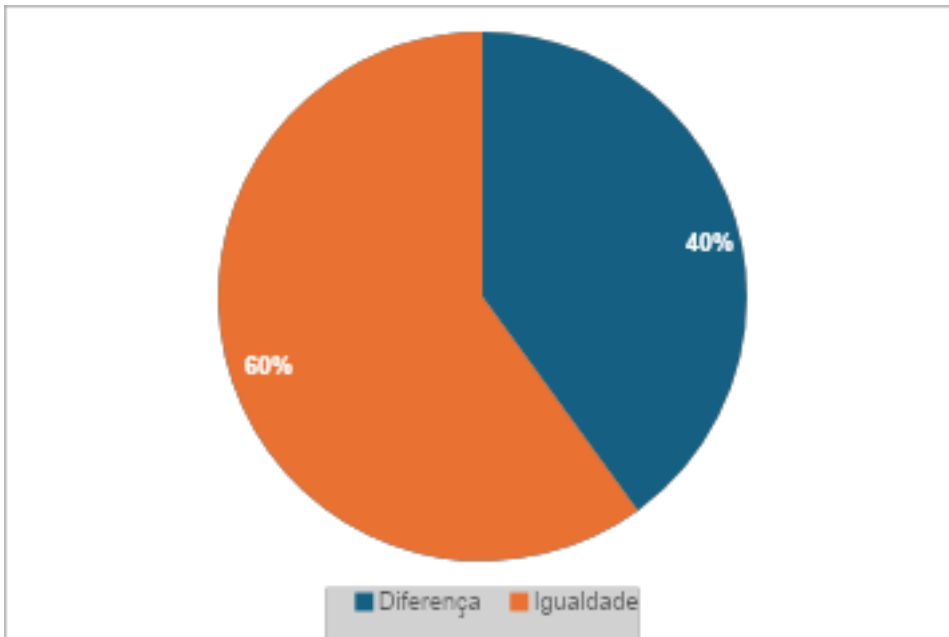
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 5 – Motivação para ingressar na Polícia Militar



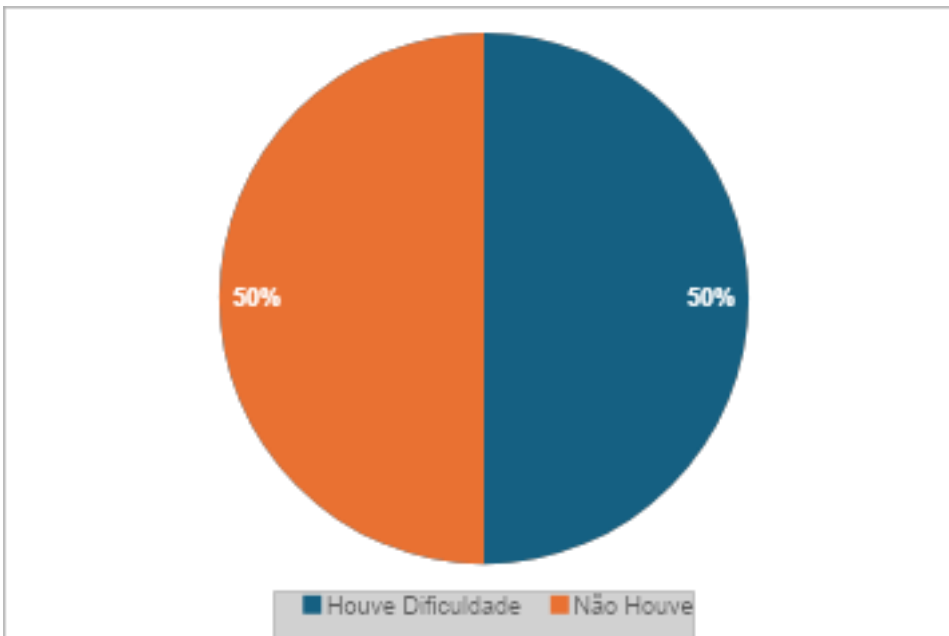
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 6 – Tratamento entre homens e mulheres durante a formação



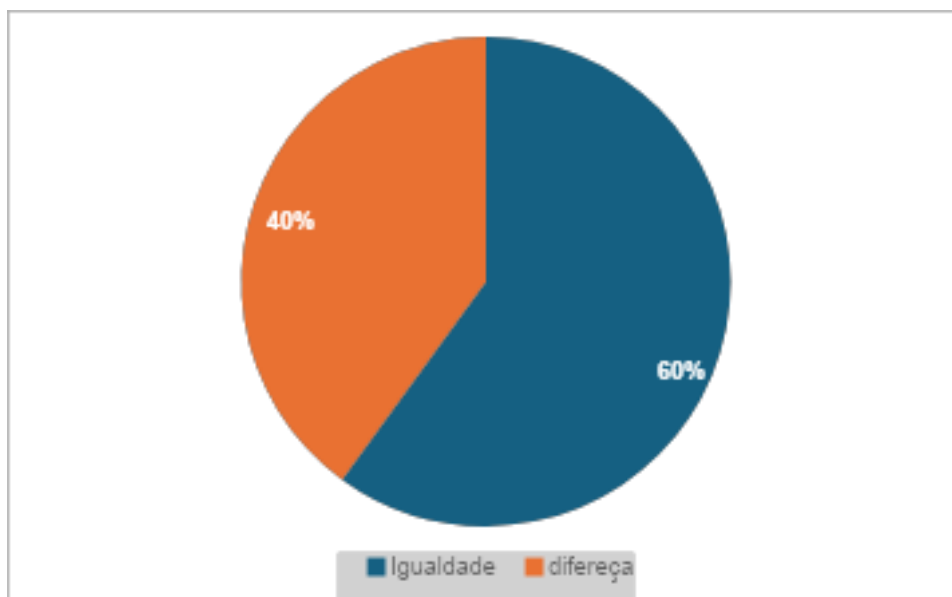
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 7 – Obstáculos que houveram na trajetória



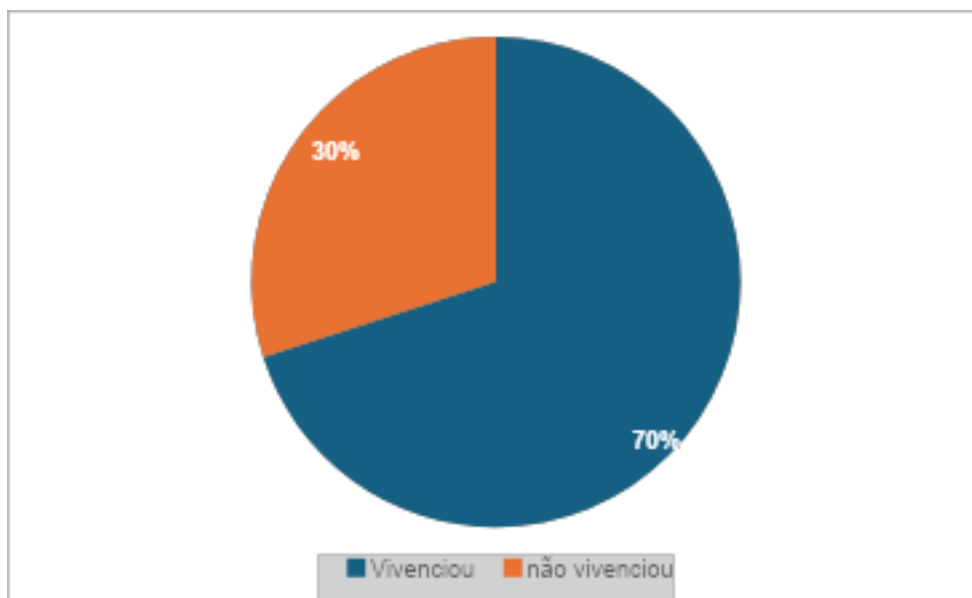
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 8 – Tratamento entre homens e mulheres no trabalho



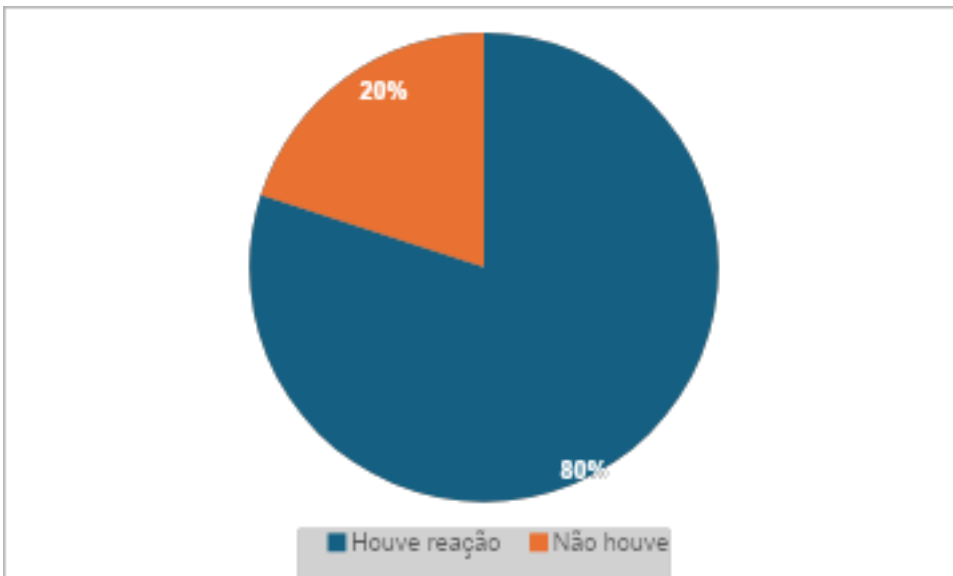
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 9 – Assédio sexual ou moral dentro da corporação



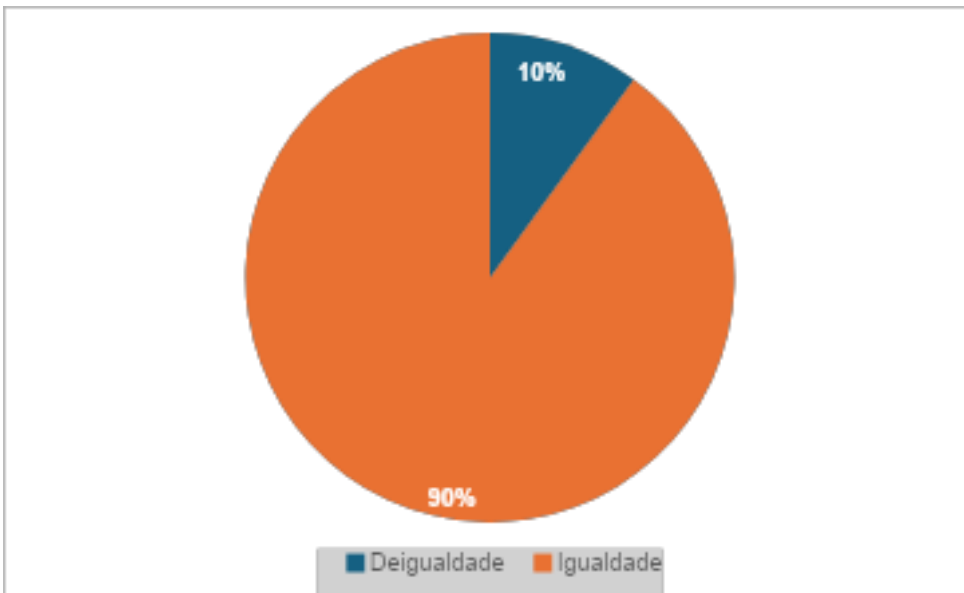
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 10 – Reação ao vivenciar assédio moral ou sexual dentro da corporação



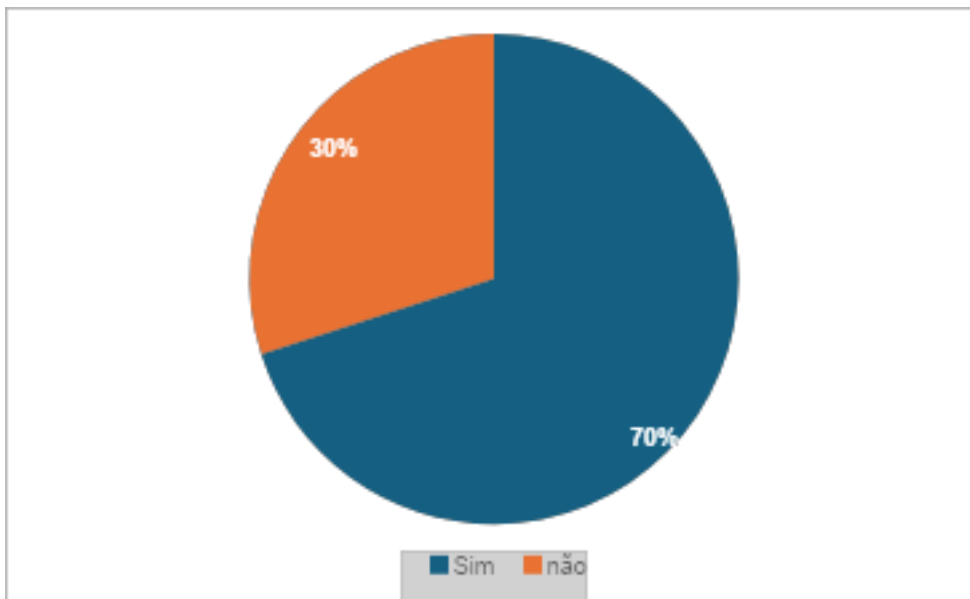
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 11 – Oportunidades de crescimento na carreira em comparação aos homens



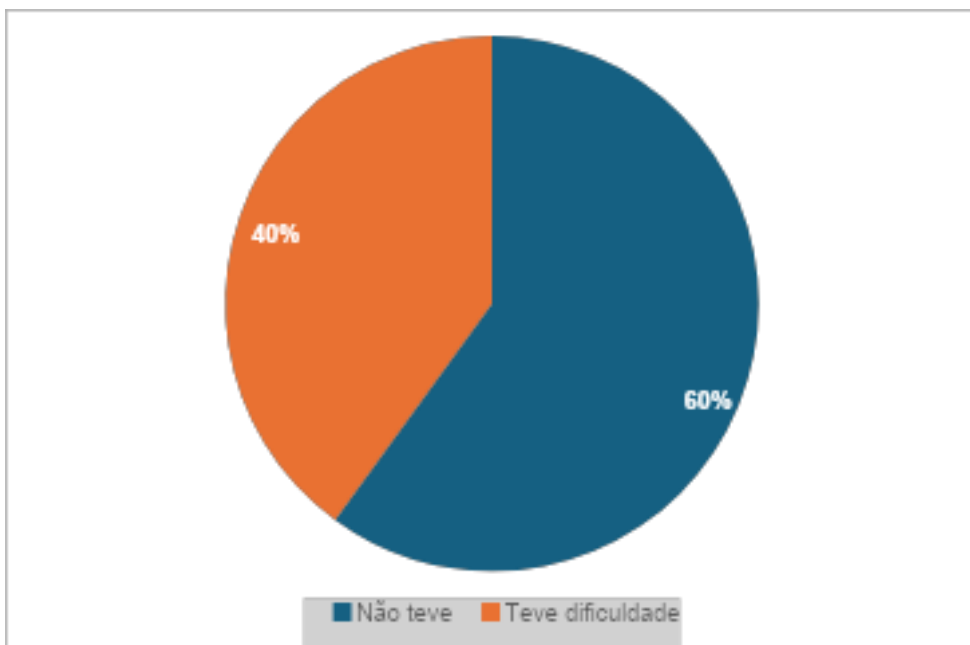
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 12 – Autonomia e voz ativa nas decisões da equipe



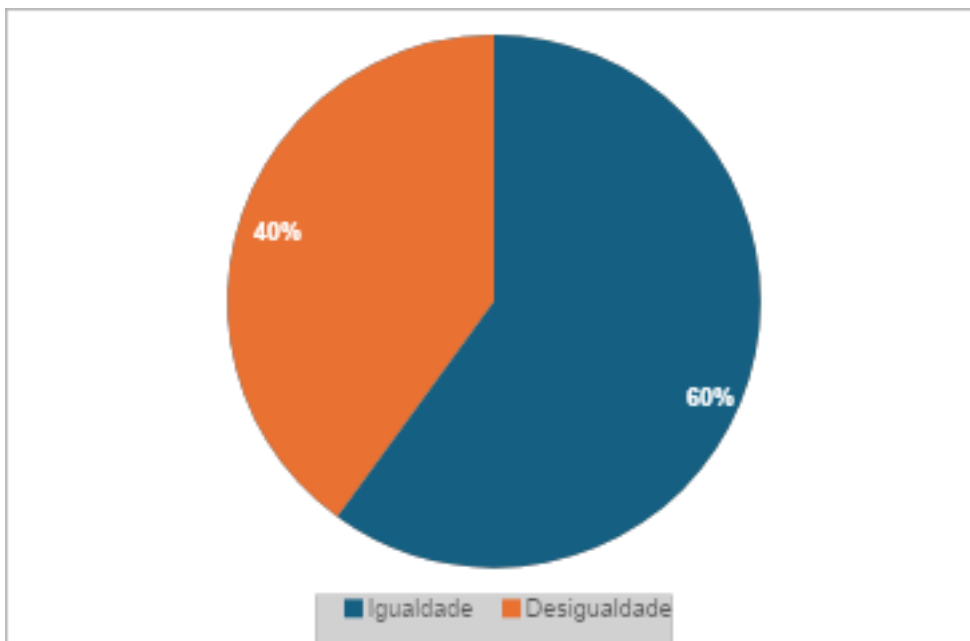
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 13 – Dificuldade de comando ou respeito à por ser mulher



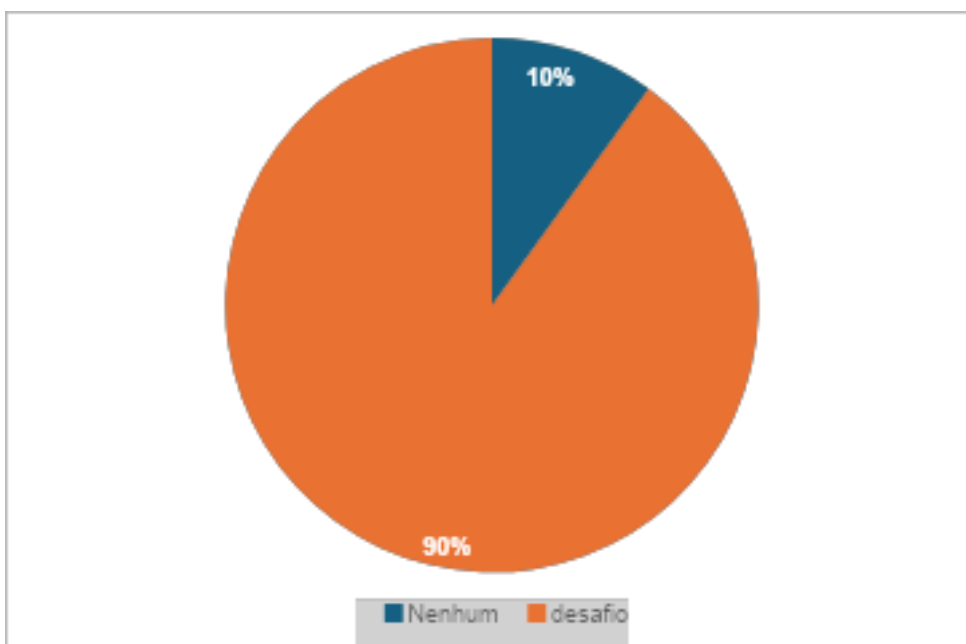
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 14 – Distribuição de cargos de chefia e liderança entre homens e mulheres



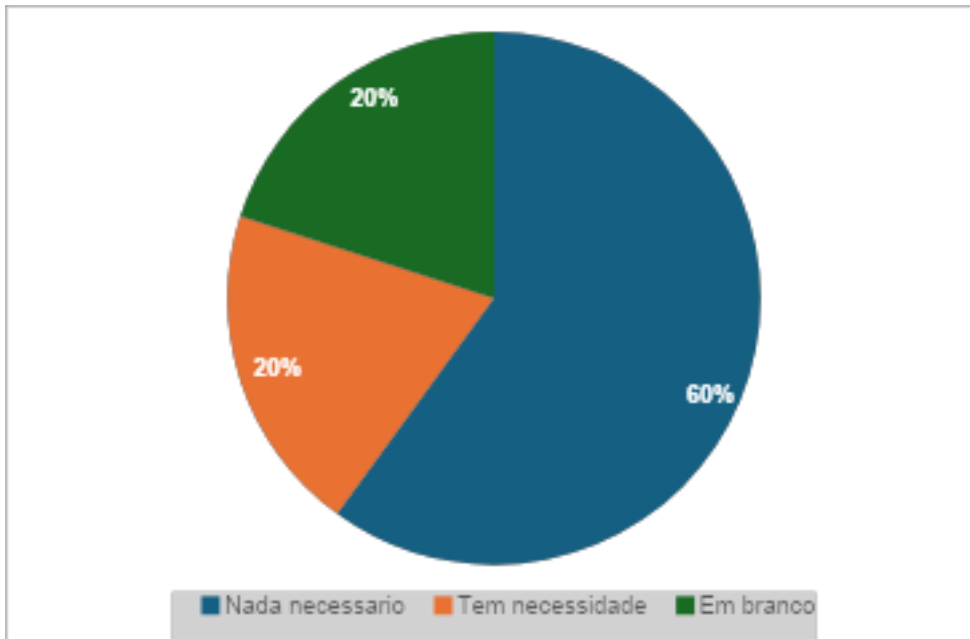
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 15 – Existência de desafios enfrentados por mulheres na Polícia Militar



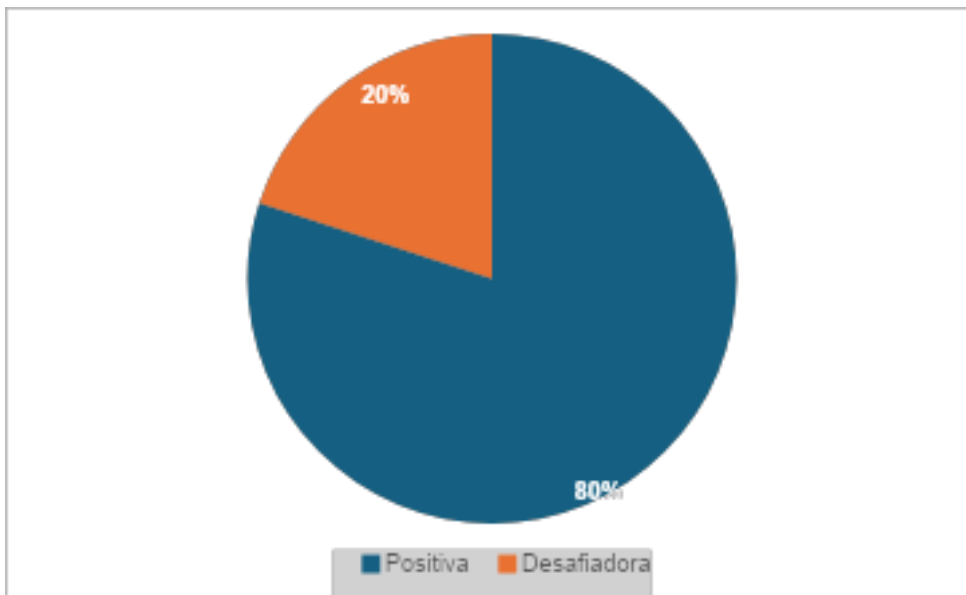
Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 16 – Necessidade de mais equidade de gênero



Fonte: Dos próprios autores (2025)

Gráfico 17 – Experiência como mulher na Polícia Militar



Fonte: Dos próprios autores (2025)

3. ANÁLISE DE DADOS

Considerando os resultados ilustrados no gráfico 1, pode-se concluir que o maior número de policiais estão entre 30 e 39 anos que contabilizam 40%, e 40 e 49 anos que simboliza 30% do total. As jovens policiais que estão na faixa de 20 e 29 computam 20% e as mulheres mais experientes de 50 e 59 anos somam 10%. E isso confirma o pensamento de Leone e Teixeira (2010), que diz que as mulheres com idades acima de 25 anos são as que mais aumentaram a participação do gênero feminino no mercado de trabalho, devido a necessidade de mais uma renda no ambiente familiar.

Através do resultado apontado no gráfico 2, deduz-se a participação das mulheres na Polícia Militar é um fenômeno recente, já que 50% das policiais militares de Mogi Guaçu possuem de 0 a 9 anos de atuação, e os outros 50% são divididos entre, 30% que atuam de 20 a 29 anos na área e 20% que estão nessa profissão de 10 a 19 anos. E esse levantamento de dados confirma o estudo de Santos (1990) que diz que a inserção feminina no mercado de trabalho cresceu entre os anos 1983 e 1988, no qual mostra que a inclusão do gênero feminino na PM se deu posteriormente ao ingresso delas no campo profissional.

Conforme os resultados apontados no gráfico 3, as policiais militares do município de Mogi Guaçu atuam mais no posto de cabo, que equivale a 50% da pesquisa, em seguida com 40% é o posto de sargento e com apenas 10% o de tenente. E isso afirma o pensamento de Santos (2023), onde nos seus estudos ele fala que há uma falta de mulheres em postos de alta patente nas corporações policiais. E como mostrado no gráfico, apenas 10% das mulheres policiais atuam no posto de tenente, que entre os apresentados é a posição mais alta, onde os profissionais comandam operações e planejam ações. E nenhuma policial militar da cidade estudada exerce o cargo de coronel, que dentro da Polícia Militar é o posto mais alto.

Analisando o gráfico 4, referente às áreas ou funções em que as policiais femininas atuaram, observa-se que 47% já trabalharam na parte operacional, 35% no setor administrativo, 12% no Proerd, atuando com crianças e adolescentes no combate ao uso de drogas e à violência, e 6% no setor financeiro. De acordo com Foucault (1994), as mulheres policiais enfrentavam barreiras para ingressar em cargos operacionais. Diante dos dados apresentados no gráfico 4, houve uma melhora gradativa e significativa nesse aspecto, o que indica maior flexibilidade e

reconhecimento da capacidade dessas profissionais para atuarem em operações, ainda que uma parcela relevante continue ocupando cargos administrativos.

Através dos resultados apontados no gráfico 5, observa-se que as motivações que levaram as mulheres a ingressarem na Polícia Militar foram, em sua maioria com 58% por vontade própria, seguidas por influências familiares com 25% e 17% pela busca por estabilidade. Esses dados indicam que o desejo pessoal de seguir a carreira militar é o principal fator de ingresso, porém fatores externos, como influência familiar e a busca por segurança financeira, também têm relevância significativa. De acordo com Santos e Sedlacek (1990), o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho pode ser explicado pela necessidade de muitas mulheres ingressarem no mercado devido a dificuldades financeiras, e o aumento de mulheres responsáveis por suas famílias. Assim, é possível relacionar o dado de 17% das policiais que ingressaram na corporação em busca de estabilidade financeira a esse fenômeno social, evidenciando que, para parte das mulheres, o ingresso na Polícia Militar representa não apenas um propósito pessoal, mas também uma estratégia de segurança econômica.

No gráfico 6, a respeito do percentual de polícias femininas que já perceberam diferenças no tratamento entre homens e mulheres, 40% falam que já perceberam desigualdades e 60% afirmam que não perceberam e possuem igualdade. Esses dados revelam que, apesar de a maioria considerar o tratamento equilibrado, ainda existe um número expressivo de policiais que sentem diferenças, o que sinaliza que a igualdade de gênero no ambiente de formação não é percebida de forma homogênea. Souza (2014) ressalta que, no dia a dia do trabalho, mulheres encontram barreiras para um tratamento igualitário, um desses agravantes é devido seus colegas de profissão utilizarem suas características biológicas para invalidar seu trabalho. Essa divisão não apenas limita suas oportunidades, como também reforça a ideia de que seu papel na instituição é menos importante.

Analisando o gráfico 7, referente ao número de mulheres que sofreram algum obstáculo específico dentro da Polícia Militar, 50% alegam que não houve dificuldade, enquanto os outros 50% enfrentaram dificuldades, um de seus relatos são de insuficiência de vagas, confirmando o modo de pensar de Cristo, Fernandes, Lopes e Nunes (2023), visto que, apesar das mulheres terem sido inseridas na PM, elas são reduzidas a uma pequena porcentagem, em relação ao número grandioso de vagas para o público masculino. Além disso, houve dificuldades perante a limitação sobre o

estereótipo feminino, certificando o pensamento de Dias e Rosa (2014), de que na trajetória das mulheres policiais militares, ainda são consideradas como uma figura sensível e delicada, reforçando o desafio na relação de gênero.

De acordo com os dados apresentados pelo gráfico 8, mostram que 60% das mulheres policiais militares dizem que há uma igualdade no tratamento entre homens e mulheres no trabalho, enquanto o restante, 40% afirmam que há sim uma diferença. Esses dados argumentam com o que Santos (2023) afirma, que atualmente as mulheres policiais militares estão no caminho certo para conquistar cada vez mais seus direitos de igualdade dentro das corporações, mas que ainda enfrentam alguma diferença devido ao seu gênero, uma vez que as mesmas normalmente ocupam cargos inferiores ao dos homens policiais militares, o que complementa os estudos de Lara, Campos, Estefano e Andrade (2017), que o respeito dado entre esses colegas dentro das forças policiais militarizadas, vem a partir da hierarquia que os mesmos ocupam em seus cargos, levando a uma conclusão de que se as mulheres não tem a oportunidade de serem promovidas aos cargos superiores, elas ainda estão propensas à sofrer essa desigualdade pela falta de respeito de alguns de seus colegas.

De acordo com os resultados apresentados no gráfico 9, 70% das mulheres que trabalham na polícia militar de Mogi Guaçu já sofreram assédio moral ou sexual dentro da corporação, o que prova o ponto de Andrada e Peres (2008) que dizem que esse tipo de comportamento é frequentemente relatado em ambientes ocupados em sua maioria por homens.

Conforme os resultados mostrados no gráfico 10, infere-se que 80% das policiais militares que passaram por assédio moral ou sexual dentro da corporação tiveram algum tipo de reação, sendo tal reação impor o respeito, tentando fazê-lo sem deixar um clima desagradável no ambiente de trabalho, pois em sua maioria esse desrespeito vinha de superiores hierárquicos, comprovando o que diz Lara, Campos, Stefano e Andrade (2017), que no âmbito militar, o respeito vem conforme a hierarquia.

Através do resultado apontado no gráfico 11, percebe-se que 90% das pesquisadas acreditam que as mulheres policiais têm as mesmas oportunidades de crescimento na carreira que os homens no meio da polícia militar atualmente, uma vez que a progressão profissional é feita através de concursos, isso reforça o pensamento de Souza (2014) que diz que os homens agem de forma machista porque

a mulher representa uma ameaça aos seus interesses, pelo fato delas também terem a oportunidade de conseguir cargos de poder.

O gráfico 12 mostra que 70% das mulheres policiais militares consideram que tem autonomia e voz ativa nas decisões da equipe, enquanto o restante de 30% considera que não tem e dentre suas respostas, elas afirmam não terem voz ativa, devido a hierarquia de seus postos, contudo elas dizem que suas ideias são ouvidas. Essa estatística entra em confirmação com o pensamento de Cristo, Fernandez, Lopes e Nunes, que confirmam que ao entrarem e exercerem suas atividades dentro das instalações policiais militares, elas acabam tendo que atender a expectativa imposta devido ao seu gênero oposto, seguindo normas que reafirmam esse rótulo tradicional da imagem da mulher, e isso faz com que elas percam de certa forma a sua autonomia.

De acordo com os resultados apontados pelo gráfico 13, a maioria das policiais entrevistadas não tiveram dificuldades de comando e nem respeito à autoridade por ser mulher, já 40% relatam que teve dificuldade por conta da resistência a liderança feminina e a falta de respeito. Cabral e Diaz (1998) confirma que apesar de, atualmente, uma grande parte das mulheres trabalharem, e várias delas serem a principal fonte de renda da família, isto não acaba com a desigualdade e não possui um reconhecimento pleno da sociedade, existe uma grande diferença entre homens e mulheres no âmbito do trabalho e como a falta de equidade que prejudica as mulheres, e que apesar de estarem cada vez mais engajadas em todas as áreas do mercado de trabalho e conquistando seus direitos, é extremamente difícil ter mulheres em cargos de alta patente, tais fatores somente reforçam o quanto é incomum ver mulheres em cargos de tomadas de decisões.

Através dos resultados apontados referente a 14ª pergunta, e demonstrados no gráfico 14, conclui-se que 40% das entrevistadas percebem desigualdade na distribuição de cargos de chefia e liderança entre os dois gêneros, por conta da maior busca masculina para o ramo policial e por meritocracia individual. Bourdieu (2009) e Lara, et al. (2017) diz que a forma adequada da distribuição de poder e poder e privilégios entre ambos os gêneros, é necessário ter consciência de que as mulheres estão separadas por um fator simbólico, como diferenças econômicas, culturais, como a busca por áreas militares ser mais intensa, por ser de maior aprovação social, além de sua maneira de sentir e vivenciar a dominação masculina, que muitas vezes a deixa desincentivada, pois no âmbito militar, o respeito vem de acordo com a hierarquia, o

local em que as mulheres se encontram nessa hierarquia, ou seja, um cargo de chefia, é o que define a obediência que receberão dos subordinados,

De acordo com os resultados obtidos no gráfico 15, é possível se concluir que 90% das policiais entrevistadas alegam que existem sim desafios para mulheres na polícia militar, entre esses desafios, algumas afirmaram o machismo da instituição, o preconceito de alguns colegas e a dificuldade para mostrar que são iguais aos colegas. Assim como afirma Souza (2014) que os maiores desafios enfrentados pelas policiais são a forma como os colegas utilizam as características naturais delas como um empecilho e as inferiorizam pelo simples fato de ser mulher.

Os resultados do gráfico 16, mostraram que 20% das entrevistadas não opinaram, outras 20% deram opiniões sobre o que poderia ser feito para promover mais equidade de gênero, opiniões como dar as mesmas oportunidades para as mulheres, que dão aos homens, entre outras coisas. Enquanto 60% disseram já haver equidade ou que não há nada a ser feito para que pudesse melhorar esse ponto. Como disse Santos (2023), apesar de as mulheres estarem ocupando cada vez mais espaço e conseguindo mais igualdade atualmente, ainda assim há desigualdade.

Segundo os resultados do gráfico 17, a maioria das mulheres policiais entrevistadas dizem estar satisfeitas de maneira geral com sua experiência na polícia, que apesar de ser desafiadora, é um sonho realizado para muitas delas. Mostrando que as mulheres estão conseguindo ganhar mais, mas ainda é muito difícil ver mulheres em cargos de alta patente conforme Cabral e Diaz (1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre “Mulheres policiais, relação de poder e de gênero na Polícia Militar de Mogi Guaçu” permitiu compreender que as relações de poder e gênero influenciam de forma significativa a atuação das mulheres na corporação. Apesar dos avanços e do aumento da presença feminina, ainda existem desigualdades estruturais e culturais que limitam seu reconhecimento e crescimento profissional.

Com base nos resultados obtidos, foi possível identificar desigualdades nas relações de poder, discutir estereótipos de gênero, analisar a formação das policiais e compreender como elas percebem o tratamento recebido dentro da instituição. Observou-se que muitas ingressaram por vontade própria, buscando estabilidade e realização pessoal, mas ainda enfrentam resistência, desrespeito hierárquico e dificuldades de inserção em cargos de chefia.

Além disso, durante o estudo constatou-se que a visão retrógrada de parte dos colegas e os estereótipos de gênero continuam influenciando negativamente o ambiente de trabalho, embora também haja reconhecimento crescente da competência feminina e a busca pela igualdade.

Entre as limitações, destaca-se a área de estudo restrita ao município de Mogi Guaçu e o caráter subjetivo das respostas das entrevistadas.

Conclui-se que as mulheres vêm conquistando espaço e respeito, mas ainda enfrentam desafios como o machismo, a falta de oportunidades em cargos de alta patente e o assédio moral ou sexual. A pergunta-problema foi respondida afirmativamente, confirmando que as relações de poder e gênero ainda impactam a atuação das policiais, embora o cenário esteja em transformação.

Para trabalhos futuros, sugere-se investigar a saúde mental das policiais, o equilíbrio entre vida profissional e familiar, e políticas que incentivem a presença feminina em cargos de comando.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição demográfica e a Janela de Oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008. E-book. Disponível em: https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/03/transicao_demografica.pdf. Acesso em: 21 maio. 2025.

BARREIRAS, Mariana Barros. **Mulheres na Polícia Militar do Estado de São Paulo: a difícil mudança de paradigma**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 26 maio 2025.

BASINSKA, Beata; WICIAK, Izabela. **Impact of Work on the Well-Being of Police Officers and Firefighters**. Internal Security, Polônia, v. 5, n. 1, 247-257, junho. 2013. Disponível em: <https://internalsecurity.akademipolicji.eu/resources/html/article/details?id=37957>.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carme. **Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales**. Indiana: ICARIA, 1994. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Las_mujeres_y_el_trabajo.html?id=k3LuAA_AAMAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 11 ago. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Ed. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Acesso em: 26 maio 2025.

BRUSCHINI, Cristina. **O trabalho no Limiar do Século XXI**. São Paulo: LTr, 1995.

CABRAL, Francisco; DIAZ, Margarita. **Relações de Gênero**. Minas Gerais, 1998. Disponível em: https://www.kufunda.net/publicdocs/Relacoes_Genero.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.

CAMARGO, Douglas. **Participação das mulheres no mercado de trabalho**. 2010. Tese (Graduação em Administração e Ciências Sociais) – Fundação Educacional do Município de Assis, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711260311.pdf>.

CAPPELE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional: Subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da polícia militar de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

CARDOSO, Iredé. **Mulher e Trabalho: Discriminações e Barreiras no Mercado de Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1980.

CORRÊA, Jonathan. **Os desafios de profissionais de segurança pública e suas relações com o bem-estar social e o bem-estar social no trabalho**. 2022. Tese (Doutorado em Administração e Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa

Maria, Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27044/TES_PPGADMINISTRA%c3%87%c3%83O_2022_CORR%c3%8aA_JONATHAN.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

COTTA, Sandra. **Gênero e relações de trabalho: A inserção das mulheres na polícia militar de Minas Gerais**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC Minas, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/810>.

CRISTO, Laís Rodrigues de et al. **Os desafios da mulher nas funções policiais militares: Um estudo na Amazônia**. Iniciação Científica CESUMAR, Rondônia, v. 23, n. 1, p. 33-43, jan./jun. 2021. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Desafios+que+as+pol%2C3%ADciais+militares+mulheres+enfrentam+no+trabalho+&btnG=#d=gs_qab_s&t=1749389352193&u=%23p%3DI3-Zzsvit10J. Acesso em: 8 jun. 2025.

DE ANDRADA, Sheila Aragão; PERES, Helena Maria. **Mulheres a Bordo: 30 anos da mulher militar na Marinha do Brasil**. Editora HMPeres & Associados, 2012.

DE OLIVEIRA DIAS, Luciana; ROSA, Fabrício Silva. **Polícia tem gênero? Algumas reflexões sobre mulheres e feminino na segurança pública brasileira**. Revista Ártemis, v. 18, n. 1, 2014. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/4e412166e9da0ca2c5a4fa7ac0eb379c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4708196>.

DENARI, Giuianna. **Discussões sobre o trabalho feminino na polícia militar do estado de São Paulo**. Dossiê Estado Social: entre as políticas de austeridade e os dispositivos de responsabilização individual, São Paulo, v. 5, n. 8, 22 p., fev. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/12122>.

FILHO, Carlito Lins de Almeida; SILVEIRA, Gabriel Eidelwein. **A INSERÇÃO FEMININA NA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ**. RPHST, Parnaíba, v. 08-09, p. 48-51, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/download/91256497/5B48-61_5D_20car.pdf.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Ed. 23. São Paulo: Graal, 2004. Acesso em: 9 jun. 2025.

GARCIA, Lucia dos Santos; CONFORTO, Ecléia. **A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO URBANO BRASILEIRO E RENDA FAMILIAR**. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H7-03.pdf>.

GRAEFF, Simone. Identification of powdery mildew (*Erysiphe graminis* sp. *Tritici*) and take-all disease (*Gaeumannomyces graminis* sp. *Tritici*) in wheat (*Triticum aestivum* L.) by means of leaf reflectance measurements. **Open Life Sciences**, v. 1, n. 2, p.275-288, 2006. Disponível em:

<https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.2478/s11535-006-0020-8/html>.

GRISOSKI, D. C. Divisão sexual do trabalho no contexto da Polícia Militar: uma análise no campo da psicodinâmica do trabalho. **Psicologia Revista**, v. 31, n. 2, p. 287–309, 2022. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/52351>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v. 37, p. 595-609, 2007.

LARA, L. F.; CAMPOS, E. A. R. de; STEFANO, S. R.; ANDRADE, S. M. de. **RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR: NARRATIVAS DE MULHERES POLICIAIS**. HOLOS, 2017. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4078>.

LEITE, Marcia de Paula. Gênero e trabalho no Brasil: Os desafios da desigualdade. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 8, p. 52, ago. 2017. Disponível em:

<https://scholar.archive.org/work/jjtad3ba7fhsjkhquqfrivgy/lu/access/wayback/https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/viewFile/144/pdf>.

LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2010.

LEONE, Eugenia Troncoso; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical**. Minas Gerais: 2010. Disponível em:

<https://www.academia.edu/download/80529355/2243.pdf>.

MELLO, Janire M. Igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho ainda é utopia?. **Revista Ártemis**, Cidade do México, v. 12, p. 89-97, dez. 2011. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/en/revista/revista-artemis/articulo/igualdade-entre-homens-e-mulheres-no-mercado-de-trabalho-ainda-e-utopia>. Acesso em: 06 jun. 2025.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero**, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Dagmar-Meyer-6/publication/237619825_A_POLITIZACAO_CONTEMPORANEA_DA_MATERNIDADE_E_CONSTRUINDO_UM_ARGUMENTO1/links/0046353a02a0e9fd3c000000/A-POLITIZACAO-CONTEMPORANEA-DA-MATERNIDADE-CONSTRUINDO-UM-ARGUMENTO1.pdf.

MINAYO, Maria; ADORNO, Sérgio. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 585-593, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>.

MOREIRA, C. D. S. **Cultura organizacional em instituições policiais: análise sobre a situação do corpo feminino das polícias militares**. Goiás: 2022. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/1120>.

MOREIRA, Rosemeri. **Sobre Mulheres e Polícias: A construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara Musumeci. Polícia e gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2004.

OLIVEIRA, Francisco Malta de; COUTINHO, Caroline Marci Fagundes; FERREIRA, Maria da Luz Alves. Trabalho feminino na polícia militar: Considerações sobre a realidade laboral das polícias militares. **Caderno de Campo: Revista de Ciências**

OLIVEIRA, Laudicéia. **“Teto de Vidro”: relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar**. 2012. Tese (Graduação em Filosofias e Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7823>.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, Santa Catarina, v. 26, n. 52, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/YJb8D9N6Kv4sNvRYkDkvBcP/>.

PEIXOTO, Maria Helena Coelho. **Depressão, a outra arma que derruba o policial**. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36999>.

PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Ed. 8. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8KgRI5ZvX8wC>.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=hdVSDwAAQBAJ>.

SAFFIOTI, Heleiteh I. B. **Mulher Brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achimé, 1944.

SANTOS, Eleonora Cruz; SEDLACEK, Guilherme Luis. A evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro de 1983 a 1988. **Brazilian Review of Econometrics**, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, v. 10, n. 2, p. 221-239, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/bre.v10n21990.3016>.

SANTOS, Érika Maria da Silva. **A evolução da trajetória da mulher no mercado de trabalho e a sua atuação nas carreiras polícias**. Goiás, 2023.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revistas Estudos Feministas**, São Paulo, v. 12, n. 2, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/>.

SOARES, Bárbara M.; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 307 p. (Coleção Segurança e Cidadania, 3).

SOUZA, L. N.; RODARTE, M. M.; FILGUEIRAS, L. A. Gênero e mercado de trabalho na Grande Salvador. **Caderno CRH**, Bahia, v. 15, n. 37, p. 101-215, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/crh/article/view/18607>.

SOUZA, Marcos Santana. **“Sou Policial, mas sou mulher”**: Gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

YANNOULAS, S. Trabalhadoras. **Análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré Editorial, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/154231360.pdf>.